

Entre a *Gallia* e a *Francia*

Prof. Dr. Edmar Checon de Freitas

Scriptorium, Departamento de História
Universidade Federal Fluminense
edmarcfreitas@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa a transformação da Gália romana na *Francia* merovíngia, no contexto da consolidação da presença germânica no Ocidente (séculos V-VI). Especial ênfase é dada à interação entre francos e galo-romanos na construção de um novo universo sócio cultural e ao impacto do fim do Império do Ocidente sobre os galo-romanos.

Palavras-chave: Império Romano – Gália merovíngia – Francos

Abstract

This article analyses the transformation of Roman Gaul in Merovingian *Francia*, in the context of consolidation of the German presence in the West (5th-6th centuries). Special emphasis is given to the interaction between Franks and Gallo-Romans in the construction of a new socio-cultural universe and the impact of the fall of Western Empire on the Gallo-Romans.

Keywords: Roman Empire – Merovingian Gaul - Franks

Por volta de 465, Lupicínio, abade do mosteiro de Condat, foi insultado por um nobre galo-romano, sendo tachado de impostor e falso profeta: há cerca de dez anos previra o fim do Império, o que não teria se cumprido (VPJ II, 93; Geary 1988: 29). Curiosamente esse episódio se dá diante do rei burgúndio Chilperico I, oficialmente representante imperial na região, mas na prática o verdadeiro detentor do poder ali. O Império Romano não passava de uma ficção na Gália, mas nem todos seus habitantes percebiam isso. De fato, o período que vai do desmembramento do Império sob Teodósio (395) à deposição de Rômulo Augústulo (476) envolve uma intensa movimentação de povos, criação e desaparecimento de reinos, com a progressiva redução da dominação efetiva do poder imperial romano sobre a Gália. No século VI se poderia dizer novamente, como Júlio César (*De bello Gallico* I,1), “*Gallia est divisa in partes tres*”: francos, visigodos e burgúndios a tinham agora sob domínio, não mais os romanos.

A GÁLIA ENTRE ROMANOS E GERMANOS

Em fins do século IV, a Gália compreendia duas dioceses:¹ *Galliae* – com as províncias *Germania I e II*, *Belgica I e II*, *Maxima Sequanorum*, *Lugdunensis I, II e III*, *Lugdunensis Senonia* e *Alpes Poeninae et Graiae* – e *Septem Provinciarum* – províncias *Vienensis*, *Alpes Maritimae*, *Narbonensis I e II*, *Aquitanica I e II* e *Novempopulana* – (Harries 1978: 39-43; Jones 1986: 1452; Murray 2000: 662).² A divisão entre ambas seguia aproximadamente o curso do rio Loire. No século V, todo esse território foi sendo aos poucos transferido para o controle de reis germânicos, oficialmente governando em nome do Império, mas que na verdade agiam de forma independente.

Os chamados germanos ocidentais – entre os quais encontramos as tribos que dariam origem aos francos e os alamanos – entraram em choque com os romanos ainda no século II a.C.³ As guerras de Mário contra os cimbrios e os teutões (102-101 a.C.) e a campanha de César contra Ariovisto (58 a.C.) constituem momentos em que Roma conseguiu bater os germanos e os forçou a se dispersar nas florestas da Europa Central, permanecendo alguns a viver na proximidades da fronteira romana. Em princípios do século I, o imperador Tibério decidiu abandonar a conquista da Germânia.⁴ Estabelecia-se então o *limes*, a fronteira fortificada que complementava a barreira natural constituída pelos rios Reno e Danúbio (Riché 1996: 22).

Quanto aos germanos orientais – godos, burgúndios, vândalos, entre outros – mantiveram-se afastados das regiões ocupadas pelos romanos, concentrando-se nas proximidades do Mar Negro (Riché 1996: 5-6). Somente em fins do século III é que esses grupos entraram em rota de colisão com o Império Romano. Os ocidentais pulverizaram-se nas lutas contra as forças romanas, enquanto os orientais formaram agrupamentos mais fortes e adotaram as táticas de guerra dos povos das estepes asiáticas, especialmente a cavalaria pesada (Riché 1996: 5).

A ocupação da Gália pelos chamados bárbaros no século V foi na verdade um desdobramento da progressiva presença germânica no interior da região, processo iniciado centenas de anos antes. A fronteira reno-danubiana fora palco de uma convivência razoavelmente pacífica até o século II, com um ativo intercâmbio comercial e cultural entre as populações germânicas estabelecidas além do *limes* e os soldados romanos que guardavam as fronteiras, boa parte deles assentados como camponeses (Geary 1988). Lotte Hedeager (1987: 126-127) caracterizou a interação entre romanos e germanos nos primeiros séculos da era cristã segundo o modelo das relações entre

centro e periferia. Do lado romano da fronteira predominava uma economia mercantilizada e monetarizada, ao contrário do que ocorria nas áreas interiores da Germânia. Entre esses dois extremos, bordejando a fronteira (cerca de 200 km do *limes*), é possível a identificação de uma zona intermediária, para a qual há evidência arqueológica de uma intensa troca comercial.

Os dados coletados por Hedeager indicam que nessa zona intermediária as mercadorias importadas pelos germanos eram, em sua maioria, destinadas ao uso doméstico. Já na zona mais distante da fronteira romana as escavações revelam um quadro bastante diferente. Predominam aí objetos de luxo, moedas e armas. Ricas tumbas foram escavadas nessas mesmas áreas, sugerindo existir ali uma elite que procurava buscar no mundo romano bens que funcionariam como meio de ostentação de seu poder. Tais tumbas não são encontradas na faixa intermediária, indicando que essa zona estava cada vez mais gravitando em torno do mundo romano (Hedeager 1987: 127).

Na verdade uma transformação vinha ocorrendo dentro do mundo germânico. A sociedade tribal que lá existira, estruturada sobre o poder dos clãs, vinha gradualmente sendo substituída por uma outra, na qual chefes guerreiros concentravam o poder. Essa militarização da sociedade germânica em parte era conseqüência da própria romanização da mesma, tendo sido o exército romano um dos agentes mais eficazes desse processo (Geary 1988: 61-62). Por outro lado, não se deve ignorar a competição entre as próprias tribos germânicas, acirrada pelo intenso movimento migratório que se verificou então nas regiões central e norte da Europa. Confederações de tribos se tornaram cada vez mais freqüentes, redistribuindo o poder entre os chefes guerreiros, ao mesmo tempo em que as identidades étnicas eram redefinidas. Denominações genéricas – como «francos» ou «alamanos» – se sobrepuseram à identificação individualizada das tribos.

As tumbas bem providas de moedas e artefatos de luxo são um indício da ascensão dessa elite guerreira no mundo germânico. Nesse caso, os artefatos romanos encontrados – especialmente armas – indicam a relação entre a posse de tais bens e o prestígio na sociedade romana. As mudanças no seio da sociedade germânica atingiam o topo da hierarquia política. A organização tribal anterior comportava em geral a existência de dois líderes, ou «reis». Um deles, denominado *thiudans*, possuía atribuições religiosas, proveniente de uma família especial, nobre, associada à proteção dos deus *Tiwaz*, o guardião da lei, da fertilidade e da paz (Geary 1988: 55). Ao lado do *thiudans* aparecia um chefe guerreiro, cuja liderança se exercia em tempos de guerra (Geary 1988: 55-56). No século II, no contexto das migrações na Germânia e da aproximação com o mundo romano, tais comandantes – *reiks* – suplantaram o antigo *thiudans*, unificando o poder. Tal mudança implicou também na promoção da divindade guerreira por excelência, *Wotan*. Os novos reis germânicos eram tomados por representantes de *Wotan*, freqüentemente mesmo seus descendentes. Como observa P. Geary (1988: 61-62), a introdução da descendência divina na genealogia real fazia com que, gradativamente, a identidade do grupo passasse a ser reconstruída, tomando por base o rei guerreiro. Ou seja, uma nova nobreza – guerreira – e uma nova realeza – divina e guerreira – se definiam.

De qualquer modo, o Império Romano conseguiu manter os germanos numa distância segura até meados do século II. No governo de Marco Aurélio (161-180), a situação começou a mudar, quando o imperador deslocou parte das tropas estacionadas ao longo do Danúbio para lutar no Oriente contra os partos. A fronteira desguarnecida permitiu a penetração dos marcomanos, uma confederação de várias tribos germânicas. Em 166, um contingente de cerca de 6.000 deles atravessou o Danúbio e saqueou a

Panônia. As legiões de Marco Aurélio os repeliram, mas em 170 marcomanos e quados novamente atacaram, dessa vez chegando até o norte da Itália (Riché, 1996: 22-23).

O mundo romano também militarizou-se de forma acentuada no decurso dos séculos III e IV. Nas palavras de Peter Brown (1972: 26), “*o Império Romano é salvo por uma revolução militar*”. Os comandantes militares assumiram o poder imperial, substituindo a aristocracia senatorial, como resultado da profunda crise que se abatera sobre a sociedade romana no século III.⁵ A pressão sobre as fronteiras do Império exigia um acréscimo considerável das forças militares, mas o recrutamento interno não era suficiente para suprir a demanda. Passou-se a recorrer, cada vez com maior frequência, ao recrutamento de soldados «bárbaros». Em fins do século IV, o exército romano possuía consideráveis contingentes germânicos, tendo saído desse meio vários de seus generais.

O recrutamento de germanos relacionava-se à política romana de assentamento de bárbaros dentro do território do Império. Famílias de prisioneiros ou refugiados de guerra eram fixadas em regiões despovoadas da Gália e da Itália. Os *laeti*, como eram chamados, serviam tanto como mão-de-obra para os campos quanto como fonte de soldados para o exército (Geary 1988: 21-22). Posteriormente, pelo fim do século IV, surgiram as unidades de soldados germanos livres que serviam no exército imperial, os *foederati*. Os chefes dessas unidades acabavam exercendo considerável poder sobre as regiões nas quais elas operavam, além de terem ativo contato com os germanos que viviam além do *limes*. Os francos Bauto, Arbogasto e Ricomer ocuparam o posto de *magister militum* nos governos de Graciano (367-383) e Valentiniano II (375-392), tendo Bauto e Ricomer sido também cônsules. A absorção de germanos como *foederati* culminou com o assentamento de populações inteiras. Teodósio (379-395) firmou um tratado com os visigodos em 382, assentando-os na Trácia. Anos mais tarde, sob o comando de Alarico, eles dirigiram-se para o Ocidente e acabaram por saquear Roma em 410 (Geary 1988: 23).

Dessa forma, as relações entre romanos e germanos envolveram um amplo leque de modalidades. De povos subjugados e mantidos a uma distância segura, boa parte deles passou a se integrar à vida romana, dominando os exércitos imperiais, mantendo-se como aliados ou surgindo como invasores. Ao longo do século V, godos (visigodos e ostrogodos), francos, alamanos, vândalos, suevos, burgúndios e outros povos germânicos ocuparam a Gália, a Península Ibérica, a África do Norte, as terras bretãs e a própria Itália, alvo também dos lombardos, no século VI. Também povos cuja origem não era germânica penetraram nas terras ocidentais do Império, caso dos alanos e dos hunos.

Desde os tempos de Constantino (306-337), contudo, o centro do poder imperial deslocara-se para o Oriente, onde se erguera Constantinopla, a «nova Roma». A cisão de fato dar-se-ia em 395, ao final do governo de Teodósio. O princípio universalista romano, ironicamente, conduzira ao esvaziamento da própria cidade de Roma no tocante a seu papel de centro político do mundo romano. Enquanto na porção oriental os imperadores conseguiram estabilizar a pressão nas fronteiras e manter a força do Império, no Ocidente os ocupantes do trono imperial estiveram permanentemente ameaçados pela sombra germânica, tanto externamente – as invasões – quanto no plano interno, dado o grande poder que se concentrava nas mãos dos comandantes germanos.

A Gália foi uma das regiões que mais sofreram com as invasões germânicas. Desde o século III ela foi alvo das pilhagens de francos, saxões e alamanos (Rouche 1996: 49, 76). Campos abandonados, populações reduzidas, cidades aterrorizadas, a vida na Gália transcorria sob perigo iminente do ataque bárbaro. Escrevendo em fins do século IV, o nobre galo-romano Sulpício Severo (363-c.420) registrou como um dos

milagres de São Martinho de Tours o ter desmentido um boato espalhado em Trêves por demônios, dando conta de que os bárbaros estavam às portas da cidade (VM,1-2). O século IV assistiu a uma retomada do controle por parte da autoridade romana. Esse sucesso se deveu às reformas militares e administrativas dos governos de Diocleciano (284-305) e Constantino. Concentrando tropas nas linhas de fronteira e mantendo sempre na Gália a presença imperial na pessoa de um César, eles lograram derrotar francos e alamanos em sucessivas e renhidas campanhas.⁶

No século V, tornou-se mais dramática a situação. Na noite de 31 de dezembro de 406, vândalos, suevos e alanos cruzaram o Reno congelado e precipitaram-se sobre as terras gaulesas, naquela que ficou conhecida como a «grande invasão». Os suevos passaram à Península Ibérica e acabaram se fixando na Galícia, enquanto os alanos ocuparam terras ao norte do Loire e nas proximidades de Valência (Wood 1994: 6). Os vândalos cortaram a Gália e a Espanha e atingiram o norte da África, fundando um reino que perdurou até o século VI, quando foi batido pelas tropas bizantinas de Justiniano (527-565). Em meados do século V, os hunos de Átila aterrorizaram a Gália até serem derrotados pelas tropas «romanas» do general Aécio, cujos contingentes principais eram constituídos por unidades germânicas lideradas por seus respectivos chefes, com destaque para os visigodos de Teodorico (Rouche 1996: 119-128).

Em meio às turbulências causadas por essa movimentação de povos, a Gália sofria ainda os efeitos da instabilidade do poder imperial romano. A pressão dos visigodos na Itália – que acabaria resultando no saque de Roma em 410 – fez com que o imperador Honório (395-423) e seu principal general, o vândalo Estilício, concentrassem seus esforços na defesa das terras italianas. As demais províncias ficaram assim mais expostas às invasões. Em 407 a sede da Prefeitura do Pretório das Gálias foi deslocada de Trêves, nas proximidades da fronteira renana, para Arles. A Gália do Norte não era mais segura o suficiente para representar a autoridade imperial. O caos estendeu-se para além da Gália. A Bretanha foi abandonada à própria sorte e a Espanha passou a ser disputada por vândalos e suevos. Ainda em 407, as tropas removidas da Bretanha e destinadas à defesa da Gália proclamaram imperador um de seus oficiais, Constantino, que estabeleceu seu governo em Arles. Até 411 ele, seu filho Constante e seus principais generais mantiveram-se à frente do poder na Gália e na Espanha (Orósio *Hist.* VII 40,4).⁷

A ação dos bárbaros na Gália romana nem sempre significou oposição à autoridade imperial. Ao contrário, o Império buscava cada vez mais junto a esses povos os efetivos militares que lhe faltavam. O mesmo se aplicava aos usurpadores. Os visigodos chegaram a patrocinar a elevação do nobre romano Átalo ao trono imperial e tropas francas deram suporte a Constantino (LH II, 9). Francos, alamanos, burgúndios, alanos e visigodos estiveram envolvidos numa outra usurpação imperial, a de Jovino, ocorrida em 411 e rapidamente sufocada.⁸ Os alanos mais tarde acabaram também oferecendo seus serviços a Roma, tendo sufocado uma revolta na Armórica (Jones 1986: 189). Mas foram os francos, os visigodos e os burgúndios que mais proveito tiraram de suas ligações com o Império Romano.

Os visigodos provinham de uma cisão ocorrida ainda no século III no interior da confederação de tribos que constituía o povo gótico, habitando o baixo Danúbio e as costas do Mar Negro.⁹ Após serem derrotados por tropas romanas, os godos dividiram-se em dois ramos: os *Greutungi*, que liderados pelo clã dos Amales formaram um novo reino a leste do Dniester; os *Tervingi* ou *Vesi* que não chegaram a constituir um reino, mas apenas agrupamentos liderados por famílias aristocráticas, dentre as quais destacava-se o clã dos Baltes.¹⁰ Pelo final do século III, os visigodos estabeleceram um *foedus* com Roma, renovado no século seguinte.

Em 376, a expansão dos hunos pôs fim ao reino dos ostrogodos e forçou os visigodos a buscar refúgio em terras do Império Romano.¹¹ O imperador Valente (364-378) assentou-os na Trácia, mas pouco tempo depois os visigodos revoltaram-se e iniciaram uma guerra contra Valente. Em 378 o exército imperial foi derrotado em Adrianópolis, perecendo na batalha o próprio imperador (Amianus XXXI 13,12-17; Zósimo IV 24,2). Um novo *foedus* foi celebrado com o imperador Teodósio (379-395) em 382, pelo qual os godos foram instalados na Dácia e na Trácia.

Os visigodos moveram-se em princípios do século V para o Ocidente, sob o comando de Alarico. Após atingirem a Itália, onde em 410 saquearam Roma, passaram à Gália, levando consigo como refém Gala Placídia, irmã do imperador Honório. Alarico morreu pouco depois e seu cunhado Ataulfo assumiu a liderança dos visigodos. Ambos representavam a tendência de buscar a integração com o mundo romano. Ataulfo chegou mesmo a desposar Placídia, seguindo os ritos romanos. Entretanto ele acabou assassinado pouco tempo depois, tendo seus sucessores buscado firmar sua independência perante Roma. Mantiveram-se, todavia, como eventuais aliados. Assim foram enviados pelo general romano Constâncio à Espanha para de lá expulsar os vândalos, missão que levaram a cabo em pouco tempo.¹²

A nova aliança com Roma permitiu aos visigodos estabelecer em 418 um reino na Aquitânia, com sede em Toulouse. Era a maior conquista de um povo germânico em solo romano. Ao longo do século V os visigodos oscilaram entre o apoio e a ameaça à autoridade imperial. Forçaram lentamente a expansão de seus domínios, sobretudo em direção à Espanha, embora também tenham contribuído para a defesa das terras imperiais. Em 451, comandados pelo rei Teodorico I (418-452), lutaram ao lado de Aécio – seu antigo inimigo e homem forte do governo de Valentiniano III (425-455) – contra os hunos de Átila, tendo participação decisiva na vitória romana.

Os sucessores de Teodorico I, principalmente Teodorico II (453-466) e Eurico (466-484), avançaram na política expansionista, ocupando definitivamente a Espanha e destruindo quase que completamente o reino suevo que lá se estabelecera. Às vésperas do desaparecimento do Império Romano do Ocidente, os visigodos controlavam a maior parte do sul da Gália, além da Espanha. Em 475 seus domínios foram ampliados ainda mais, tendo Eurico obtido de Roma a cessão da Auvérnia, também disputada pelos burgúndios.¹³

Também este era um povo que conquistara espaço no mundo romano ao longo do século V. Antigos aliados dos romanos, os burgúndios cruzaram o Reno na invasão de 407 e em 412 apoiaram a usurpação imperial de Jovino.¹⁴ Foram admitidos como federados em 413 pelo comandante romano Constâncio, que os instalou em Worms. Anos mais tarde, as relações entre romanos e burgúndios se deterioraram. Seu reino foi destruído em 435 pelos hunos, então a serviço do general romano Aécio. Posteriormente foram novamente instalados na Gália, agora na região da Sapaúdia, retomando a aliança com os romanos. Ao lado destes tomaram parte na guerra contra Átila.

Nos últimos anos do Império do Ocidente, os chefes burgúndios ganharam destaque nas disputas pelo trono imperial. O rei burgúndio Gundioc, cunhado do novo homem forte de Roma, Ricimer, tornou-se *magister militum* na Gália durante o governo de Líbio Severo (461-465).¹⁵ O filho de Gundioc, Gundobaldo, era por sua vez o braço direito de Ricimer. Após a morte deste, em 472, Gundobaldo tentou ocupar-lhe o lugar. Quando o imperador Olíbrio morreu, ainda em 472, Gundobaldo foi o responsável pela elevação de Glicério ao trono imperial (473).¹⁶ Nessa mesma época, o tio de Gundobaldo, Chilperico, também se tornava *magister militum*, controlando as cidades de Lyon e Genebra (Wood 1994: 15). A não aceitação do novo imperador por parte de Constantinopla levou à retirada de Gundobaldo para o reino burgúndio.¹⁷

Os burgúndios mantiveram-se muito mais próximos dos romanos do que os visigodos. Seu objetivo parece ter sido controlar com bastante autonomia um território que nominalmente ainda era romano. A coexistência pacífica entre burgúndios e galo-romanos foi vista como condição indispensável para a estabilidade do reino. Esse era um dos principais objetivos da *Lex Gundobada*, surgida no reinado de Gundobaldo (472-526) e que segundo Gregório de Tours evitava que os romanos fossem oprimidos (LH II,33).¹⁸ O mesmo Gundobaldo ensaiou uma conversão ao catolicismo – ainda que secreta – buscando romper a barreira religiosa que separava seus súditos (LH II,34).

As invasões do século V desorganizaram as defesas da Gália e minaram as bases do poder romano, levando-o à desintegração. Até meados do século V, enquanto a casa de Teodósio ainda governava o Ocidente, o Império resistiu. Apoiava-se principalmente na força de comandantes militares como Constâncio e Aécio, cujo título de *patricius* os alçava à condição de governantes de fato. Contando com os já então indispensáveis, mas sempre suspeitos, contingentes de bárbaros aliados, eles conseguiram manter uma certa estabilidade entre 411 e 450. A grande cisão veio com a invasão dos hunos. Até então o principal sustentáculo de Aécio, os hunos – já sob a liderança de Átila – converteram-se na maior ameaça à segurança das províncias da Gália e da Itália.¹⁹ Aécio os venceu, mas teve de buscar o apoio dos visigodos, burgúndios e francos. Sintomaticamente, poucos anos após a derrota de Átila, morriam Aécio e o imperador Valentiniano III, pondo fim à linhagem de Teodósio.²⁰

Os anos seguintes foram de completa desintegração. A própria Roma voltou a ser saqueada em 455, agora pelos vândalos de Genserico. O novo patrício, Ricimer, era um suevo. Gundobaldo, que chegou próximo de sê-lo, era burgúndio. O poder romano definhava. Mas na Gália do Norte erguia-se um reino que pretendia representar a continuidade de Roma e seu mundo. Nos voltemos agora para lá e vejamos como se deu a ascensão dos francos no mundo romano.

OS FRANCOS NA GÁLIA ROMANA E A ASCENSÃO DO PODER MEROVÍNGIO

Quando Gregório de Tours se dispôs em fins do século VI a escrever sobre a origem dos francos, deparou-se com um problema que o deixou perplexo: nenhuma das fontes por ele consultadas era capaz de indicar o nome do primeiro rei deles. Ao invés de feitos heróicos e histórias de batalhas, o máximo que ele conseguiu reunir foram informações esparsas acerca das origens dos primeiros francos:

Tradunt enim multi, eosdem de Pannonia fuisse degressos, et primum quidem litora Rheni amnes incoluisse, dehinc, transacto Rheno, Thoringiam transmeasse, ibique iuxta pagos vel civitates, regis crinitos super se creavisse de prima et, ut ita dicam, nobiliore suorum familia (LH II,9).²¹

Fredegário, um cronista do século VII, recolheu uma tradição segundo a qual os francos seriam originários dos antigos troianos. Após a destruição de Tróia, parte deles teria partido sob a liderança de Friga. Uma divisão teria ocorrido então, originando por um lado os macedônios e por outro os frígios (de seu rei Friga). Parte desses últimos teria passado à Europa, sob a liderança de Frâncio, estabelecendo-se às margens do Reno. A fração restante teria seguido o líder Turchot, passando a viver à margens do Danúbio. Os primeiros ficaram conhecidos como francos e os outros como turcos (Fredegarius III,2).²²

Numa narrativa do século VIII, o *Liber Historiae Francorum*, encontramos também a associação entre francos e troianos.²³ Nessa versão, após a derrota frente os gregos, Príamo e Antenor lideraram doze mil guerreiros troianos numa longa jornada que os levou à Panônia, onde teriam fundado a cidade de Sicâmbría (LHF 1).²⁴ Após uma confusa e nem sempre amistosa parceria com os romanos, os francos teriam se deslocado para as margens do Reno, iniciando em seguida a ocupação da Gália (LHF 2).

Esses textos procuravam dar aos francos uma bela origem. Gregório, embora sem conseguir identificar seu primeiro rei, os faz originários da mesma Panônia da qual viera São Martinho (VM 2,1; LH I,36; Wood 1994: 35, Geary 1988: 77). Fredegário e o autor do *Liber Historiae Francorum* associam os francos às glórias dos troianos e, por extensão, aos romanos, os quais também se orgulhavam de pertencer à descendência de Príamo e Enéas (Geary 1988: 78). Além disso, se os francos eram parentes dos macedônios, então Alexandre Magno tinha seu sangue. Seriam eles então pertencentes a uma raça de heróis e conquistadores. Fredegário chega a dar o nome de reis e elabora até uma sucessão real, na qual intervém um misterioso monstro marinho, que teria engendrado o rei Meroveu (Fredegarius III,9). Também o *Liber historiae Francorum* apresenta a sucessão dos primeiros reis que supostamente teriam governado os francos, desde sua partida de Tróia.

Lendas à parte, essas narrativas convergem quanto ao fato de que os antigos francos estavam estabelecidos às margens do Reno. Essa é também a opinião dos estudiosos modernos, que lhes atribuem, contudo, uma origem menos gloriosa: os francos seriam resultado do reagrupamento de várias tribos germânicas – *Salii*, *Chamavi*, *Chattvari*, *Bructeri*, *Amsivarii* e outros – vencidas em sucessivas lutas pelos romanos (James 1988: 6; Geary 1988: 78; Rouche 1996: 74-75; Wood 1994: 35). Nos séculos III e IV, já aparecem muitas vezes sob o nome de «francos», palavra que originalmente significava apenas os «ferozes» ou «bravos», somente mais tarde passado a indicar os «livres».²⁵ Um ajuntamento formou-se no Baixo Reno, onde predominava o grupo dos *Salii* (sálíos) enquanto outros francos mantiveram-se no curso médio do Reno, ficando conhecidos como «ripuários», ou simplesmente «renanos».²⁶

A questão do nome desse povo nos permite avançar um pouco no tocante a sua própria origem. Confederações de povos eram comuns entre os germanos. Praticamente todos os grupos que conhecemos derivam de algum tipo de agrupamento de tribos. No caso dos germanos ocidentais esse processo foi mais tardio do que o ocorrido entre os orientais. Assim, quando os godos surgem como ameaça ao Império eles se apresentam como uma confederação relativamente estável, chegando mesmo a constituir reinos, ainda que efêmeros. Já francos e alamanos compreendiam grupos pouco coesos, ainda em processo de construção de uma identidade capaz de conduzir à unidade política. Como observa E. James (1988: 6), tais povos freqüentemente não passavam de ajuntamentos temporários, reunidos por lideranças tribais.²⁷

No caso dos francos, os nomes dos diferentes grupos que são assim identificados aparecem com freqüência em nossas fontes. Amiano Marcelino, por exemplo, narrando as campanhas de Juliano César, fala de francos que eram costumeiramente designados *Salii* (*quos consuetudo Salios appellavit* – XVII 8,3) e de outros também conhecidos como *Atvarii* (*quos Attuarios vocant* – XX 10,2). Um mapa da época localiza ao norte do Reno os *Hamavi* (ou *Chamavi*), identificando-os igualmente como francos (James 1988: 35). Em outras situações o nome individual de uma tribo não é mencionado, falando-se genericamente de francos. Para efeito de comparação vale aqui citar o mesmo Amiano Marcelino: ainda tratando de Juliano ele registra dois pronunciamentos do César, nos quais ele faz referência a suas vitórias sobre francos e alamanos.²⁸

Portanto, quando um povo específico estava em questão Amiano identifica-o pelo nome. Em outros casos prevalece uma identificação genérica.

O nome «franco» parece ter tido assim a função de criar uma identificação em bloco para determinados grupos germânicos que, embora distintos, pretendiam ser reconhecidos em conjunto pelos povos com os quais interagiam:

Perhaps the word “Frank” was used when referring to their membership of a political confederation, or when they wished to contrast themselves with others groups, such as Romans or Alamans. Their own primary feelings of loyalty may have been to their tribal group. Loyalty to the tribe rather than to the whole confederation may have lasted among some Franks, particularly those who remained east of the Rhine, until as late as the eighth century (James 1988: 7).²⁹

O que dizer então dos francos como um grupo étnico? Nessas circunstâncias, haveria algum sentido em se falar numa etnia franca? Em primeiro lugar explicitemos o que entendemos aqui por grupo étnico. Adotaremos aqui a abordagem interacionista de Fredrick Barth, que toma como ponto central de investigação a “*fronteira étnica que define o grupo e não a matéria cultural que ela abrange*” (Barth 1988: 195).³⁰ A partir de tal perspectiva, a etnicidade atua como mecanismo de interação entre grupos que se auto-identificam de uma determinada forma e se excluem, demarcando limites claros – mas não intransponíveis – entre si. Os grupos étnicos são tomados como organizações sociais, “*baseados na consignação e na auto-atribuição dos indivíduos a categorias étnicas*” (Poutignat e Streif-Fenart 1998: 112). A identidade do grupo é assim uma forma de comunicação. Ao definir suas fronteiras – quem somos «nós» e quem são os «outros» – cada grupo étnico estabelece as bases para o relacionamento com os demais. Definir-se como «alamano» ou «franco» perante os «romanos» é precisamente comunicar a esses sua própria existência independente. Os grupos étnicos se constituem, portanto, como uma resposta ao desafio da alteridade:

[...] as identidades étnicas só se mobilizam com referência a uma alteridade, e a etnicidade implica sempre a organização de agrupamentos dicotômicos Nós/Eles. Ela não pode ser concebida senão na fronteira do «Nós», em contato ou confrontação, ou por contraste com «Eles» (Poutignat e Streif-Fenart, 1998: 152-153).

Procuramos assim entender a etnicidade franca como uma forma de se definir perante o mundo romano, quer numa atitude de desafio ou de aproximação. Tribos batidas e dispersadas pelos próprios romanos aparecem desse modo constituindo um grupo que reafirma sua existência – e sua persistência – perante os mesmos. Como ressalta Manuela C. da Cunha (1986: 9), no campo da etnicidade “*não se trata em Roma de falar como os romanos, trata-se no entanto de falar com os romanos.*”

A referência mais antiga aos francos num texto contemporâneo dos fatos narrados data de 289 (James 1988: 35). Os francos aparecem nas fontes relativas ao século III associados a saques de cidades e aldeias, bem como à pirataria, devastando a Gália e a Espanha.³¹ Em muitas ocasiões atuaram em conjunto com os saxões (Rouche 1996: 49). Escrevendo por volta de 360, Aurélio Victor (*De Caesaribus apud* Murray 2000: 2) recorda pilhagens das “*gentes Francorum*” que atingiram um século antes a Gália e a Espanha, até Tarragona. Nos tempos do imperador Probo (276-282), francos cativos conseguiram fugir e tomar navios, passando a praticar a pirataria no Mediterrâneo (Zósimo I 71,2).³² Os imperadores romanos do século III enfrentaram sérios problemas com ataques de francos e alamanos na Gália, o mesmo se aplicando aos usurpadores locais Póstumo (260-268) e Tétrico (270-274). Uma cantiga guerreira

recorda uma vitória de Aureliano, futuro imperador, na qual numerosos guerreiros francos teriam sido capturados (Rouche 1996: 75-76).³³ Vários depósitos de moeda abandonados por seus donos evidenciam a vilência e o caráter inesperado dos ataques francos na Gália (James 1988: 37).

A sorte de francos e alamanos na Gália começou a mudar na época de Diocleciano (284-305), quando as defesas do Império foram reorganizadas e os invasores combatidos com energia.³⁴ Maximiano e Constâncio deram intenso combate aos bárbaros na Gália. Além de vencê-los no campo de batalha eles passaram a assentá-los em terras que necessitavam de trabalhadores. Francos foram fixados na Armórica e em Trêves, ao lado de *laeti* que haviam recuperado a liberdade. Um panegírico da época afirma que os bárbaros enviados por Constâncio para Amiens, Beauvais e Tongres faziam os campos se tornarem novamente verdes (*Pan. lat.* VIII *apud* Murray 2000: 6).

Os conflitos, no entanto, continuaram no governo de Constantino (306-337), filho de Constâncio.³⁵ Em 306, ele massacrrou os *Bructeri*, incorporou parte dos prisioneiros ao exército e lançou uma tal quantidade deles às feras na arena de Trêves que elas se fartaram. Entre os condenados encontravam-se os reis Ascarico e Merogaiso. As defesas foram reforçadas e uma ponte foi construída sobre o Reno (Colônia). Para o panegirista que celebrou esses feitos, a proteção da Gália não mais se encontrava nas águas do Reno, mas sim no terror que o nome de Constantino inspirava (*Pan. lat.* VI *apud* Murray 2000: 8; Rouche 1996: 79). Apesar disso, a ameaça franca continuou incomodando os romanos na Gália durante os governos de Constantino, Constâncio II e Juliano.³⁶ Constantino continuou com sua política de terror. Por volta de 313 ele enfrentou novamente os francos sobre o Reno. Mais uma vez muitos deles foram lançados às feras (*Pan. lat.* XII *apud* Murray 2000: 8-9).

Nem todos os francos eram porém inimigos. A prática de assentamento em terras despovoadas e o recrutamento conduziam mais e mais francos para o interior do mundo romano. Um dos oficiais de Constantino, Bonitus, era um franco (Ammianus XV 5,53). Seu filho, Silvano, tornou-se sob Constâncio *magister peditum per Gallias* (comandante de infantaria), recebendo a missão de lutar contra invasores bárbaros (Ammianus XV 5, 2). Envolvido numa série de intrigas ele acabou tentando usurpar o trono imperial, recebendo apoio de soldados francos, segundo Amiano Marcelino muito numerosos e influentes no palácio (XV 5,11). Silvano foi morto em Colônia, quando buscava refúgio num templo cristão (355). Sua morte foi lamentada pelo mesmo Amiano como a perda de um grande general (XV 5,32).

O episódio de Silvano é revelador sob dois aspectos. Por um lado ele nos mostra um franco romanizado a ponto de não somente exercer um comando militar, mas também aspirar ao título imperial. E não era um indivíduo isolado, visto que seu pai já servira o Império antes dele e outros de sua gente o apoiavam. Isso nos leva à segunda observação importante sobre o caso. Silvano, embora sob o uniforme romano, continuava um guerreiro franco, mantinha os laços e a liderança sobre aqueles que pertenciam ao seu povo. A romanização não eliminava a identidade franca. Ao contrário, estamos lidando com algo como uma dupla identidade. É o que revela uma inscrição encontrada na tumba de um guerreiro franco na Panônia: "*Francus ego cives, miles romanus in armis*" (Fletcher 1998: 101; James 1988: 42).³⁷ Como observa P. Geary, é significativo que um franco escolha para expressar a relação com seu povo um termo tão profundamente associado aos valores romanos como *cives* (Geary 1988: 79).

A construção da identidade étnica franca deu-se, portanto, de maneira mais complexa do que se apresenta à primeira vista. Se por um lado assumir uma identidade franca demarcava a distância para com os romanos, por outro o fator étnico não era forte o suficiente para construir uma barreira a separar ambos os povos. Ao contrário, a

fronteira étnica franco-romana era razoavelmente permeável para permitir as acomodações de um processo interativo amplo, que não raro conduzia para o mundo romano os líderes de um povo que antes fora por ele massacrado.

Em meados do século IV, francos operavam dentro do exército romano, embora pudessem eventualmente se rebelar. Entretanto, além desses contingentes francos não se deve esquecer os que permaneciam no exterior do mundo romano. Em 356 o César Juliano enfrentou distúrbios provocados por francos em Colônia, celebrando a paz com seus reis (Ammianus XVI 3,2). Pouco tempo depois (357-58) ele sitiou seiscentos guerreiros francos que saqueavam a *Germania II*, forçando-os à rendição (Ammianus XVII 2,4). Os *Salii*, que haviam ocupado a Toxandria (região próxima à foz do Reno), foram subjugados e instalados na mesma região, o mesmo acontecendo em seguida com os *Chamavi* (Ammianus XVII 8,3-5). Em 360, Juliano cruzou o Reno para atacar os *Atvarios* (ou *Chattvari*), instalando-os em Tongres. Amiano Marcelino (XX 10,1) relata a surpresa dos francos, ao ver um imperador romano atacando-os em seu próprio território. Muitos foram mortos, outros aprisionados, ficando o restante sob o domínio romano (Rouche 1996: 81). Gradativamente, formava-se um aglomerado franco a oeste do Reno, dentro do território romano, constituído inicialmente por *laeti*, mantidos sob a autoridade imperial. A leste do Reno, permaneciam os grupos francos totalmente independentes, muitos dos quais ainda viriam a entrar em conflito com os romanos.

A família de Constantino notabilizou-se por subjugar o invasor bárbaro na Gália, especialmente francos e alamanos. Ataques inesperados, ações no próprio território inimigo, massacres e aprisionamentos. Essa estratégia de terror, aliada ao reforço das defesas locais, associou a dinastia constantiniana aos tempos em que a Gália podia se sentir segura.³⁸ Por outro lado, os que sobreviviam ao massacre eram integrados de alguma forma ao mundo romano, seja pelo serviço militar, pelo trabalho nos campos ou por ambos.

Uma nova investida franca se deu nos tempos de Valentiniano (364-375).³⁹ Ao lado dos saxões eles devastaram a Gália por terra e mar. Em 368 Valentiniano confiou o combate aos bárbaros ao general espanhol Teodósio, pai do futuro imperador de mesmo nome (Ammianus XXVII 8,3-5). Nos governos de Valentiniano I e Graciano, assistimos à ascensão de vários generais francos a postos importantes no exército, alguns deles também chegando a exercer o consulado. Ao mesmo tempo, verifica-se uma pressão maior de grupos francos do exterior, que viviam nas zonas germânicas livres do controle romano. Os francos já assentados em território romano continuavam leais aos imperadores. Assim, vemos o franco Mallobaudo ser intitulado simultaneamente *comes domesticorum* e *rex Francorum*, ou seja, comandante da guarda pessoal do imperador e rei dos francos (Ammianus XXXI 10,6).⁴⁰

Mallobaudo, portanto, começou como um chefe guerreiro entre os francos, posteriormente passando também a ocupar postos no próprio exército romano, porém sem se afastar de seu mundo de origem. É possível que a existência de um inimigo comum – no caso os alamanos – tenha favorecido a ascensão de Mallobaudo. Este, como Silvano alguns anos antes, não era apenas parte de uma simples aliança entre francos e romanos, mas sim da constituição de um universo comum onde era possível coexistirem ambas as identidades, franca e romana.

Outros generais francos foram ainda mais bem sucedidos em sua carreira no mundo romano: Merobaudo, homem de prestígio na corte de Valentiniano I, três vezes cônsul (Rouche 1996: 73; Ammianus XXX 10; Zósimo IV 19,1); Ricomer *comes domesticorum* de Graciano, em 373, depois *magister militum* e mais tarde, já sob Teodósio, *magister utriusque militiae* e cônsul⁴¹; Bauto e Arbogasto, que Zósimo

apresenta como francos de nascimento, mas devotados de maneira especial a Roma, hábeis na guerra e incorruptíveis (Zósimo IV 33,1-2).⁴²

A carreira de Arbogasto nos fornece mais um exemplo de quão longe podiam ir os comandantes francos no mundo romano. Nos tempos do usurpador Máximo (383-388), grupos de francos renanos adentraram a Gália.⁴³ Eles saquearam a província da *Germânia*, sob o comando dos chefes Genobaudo, Marcomer e Sunno. As forças romanas foram destroçadas ao expulsar os invasores e tentar persegui-los além do Reno (LH II,9).⁴⁴ Arbogasto encarregou-se da vingança. Entre 392 e 393, ele subjugou os francos renanos de Marcomer e Sunno, arrasando as terras ocupadas além do Reno por *Bructeri*, *Chamavi*, *Amsivarii* e *Chatti* (LH II,9). Nos anos seguintes, Arbogasto patrocinou a usurpação imperial de Eugênio, quando da morte repentina do imperador Valentiniano II.⁴⁵ Eugênio foi vencido e morto em 397, seguido-se o suicídio de Arbogasto (Zósimo IV 55,1-58,6). Terminava assim o ciclo dos generais francos no exército romano do século IV.

De que modo esses generais franco-romanos se inseriam no mundo germânico? Evidências arqueológicas nos levam a crer que eles provinham de grupos francos assentados na Gália do Norte, que serviam o exército imperial na condição de *foederati*. No século passado, uma quantidade considerável de cemitérios galo-romanos e germânicos foi escavada nessa região. Em diversas tumbas masculinas foram encontradas armas enterradas junto ao corpo de guerreiros. Esse fato, associado à identificação de tumbas femininas contendo jóias, tem levado os estudiosos a concluir que se tratam de tumbas germânicas, possivelmente francas (James 1988: 44-51).⁴⁶ A riqueza de muitos desses túmulos sugere uma posição social elevada para os que nela estavam enterrados. No norte da Gália, já em fins do século IV, famílias francas começavam a se destacar entre a população local. Os grandes generais francos do exército romano muito provavelmente pertenciam a famílias de guerreiros livremente estabelecidos na Gália.

As relações entre os francos e o Império Romano continuaram no século V oscilando entre a lealdade e a hostilidade. Os grupos já assentados no interior da Gália romana mantiveram-se como aliados do imperador, cumprindo na condição de federados seu papel na defesa da Gália frente à onda de invasões que a assolou. Em 407, eles quase exterminaram um grupo de vândalos, tendo sido detidos pelos alanos de Rependial (LH II, 9; Rouche 1996: 100). Entretanto, os francos do exterior – os renanos – permaneciam como uma ameaça à Gália, tendo sido responsáveis por ataques às cidades de Trèves (413, 423, 425 e 432), Colônia e Mayence (Rouche 1996: 105-106).

Ao longo do século V, dois núcleos francos iriam se estabelecer na Gália. Os francos renanos passaram gradativamente de inimigos *hostis* a aliados dos romanos, mas às custas da cessão de territórios (Rouche 1996: 107). Escavações no cemitério franco de Krefeld-Gellep, ao norte de Colônia, sugerem que *foederati* francos ocuparam a região no século V. Esta é uma evidência da existência de um reino dos francos renanos sediado em Colônia (James 1988: 56-57). No Baixo Reno, emergiu em meados do século um reino sálio, sob a liderança de Clódio. Este tentou mesmo uma trajetória independente, tendo atacado a cidade de Cambrai e ocupado territórios até o rio Somme (LH II,9). Posteriormente os sálidos voltariam à aliança com Roma, mediante a intervenção dos generais Aécio e Majoriano (Rouche 1996: 117).

Em 1653, uma tumba franca foi descoberta em Tournai. Estava repleta de ricos objetos, entre os quais muitas armas e um anel sigilário em ouro maciço, portando a inscrição que permitiu estabelecer a identidade do homem ali sepultado: *CHILDIRICI REGIS*. Tratava-se de Childerico (m.481), o pai de Clóvis e um dos principais artífices

da expansão dos sálíos na Gália. A descoberta da tumba de Childerico lançou nova luz sobre os primeiros tempos merovíngios (Riché e Pérrin 1996: 89-95; James 1988: 58-64; Ruche 1996, 193-198). Sua extraordinária riqueza destaca o elevado prestígio do rei franco. Muitos objetos são de origem bizantina, o que concorda com uma passagem de Fredegário, na qual se faz referência à presença de Childerico em Constantinopla e ao apoio que teria recebido do imperador (Fredegarius III,11). O sinete real trazia ainda a efígie do rei, trajado segundo os padrões adotados pelas principais autoridades romanas, mas com os cabelos longos descendo até os ombros.⁴⁷ Childerico, comandante romano e *rex crinitus* encarna ao mesmo tempo a romanização dos francos e a preservação de elementos de sua identidade original.

Childerico é o único sucessor de Clódio de quem temos informações mais sólidas no século V. É certo que ele cooperou com os romanos, embora por vezes também tenha atacado suas cidades. A *Vitae Genovefae* nos mostra Childerico comandando um longo cerco a Paris.⁴⁸ De qualquer modo, por volta de 463 Childerico cooperava com as tropas romanas na luta contra os visigodos (LH II,18-19). Uma carta do bispo Remígio de Reims ao filho e sucessor de Childerico, Clóvis, indica que a autoridade do primeiro era oficialmente reconhecida, estando ele à frente da província da *Belgica II* (PL 71, col.1157).

Entre 1983 e 1986, Raymond Brulet realizou escavações na área em torno da tumba de Childerico. Novas tumbas foram encontradas, nenhuma delas tão rica quanto a do rei. Isso sugere se tratar a área em questão de uma necrópole real, ou ap menos do embrião desta. Nas proximidades foram encontradas três grandes fossas, contendo numerosos esqueletos de cavalos (James 1988: 63). Provavelmente tais animais foram sacrificados por ocasião dos funerais de Childerico, o que é um forte indício de ter se mantido o pai de Clóvis como um rei pagão.⁴⁹ Os reis merovíngios que sucederam Childerico não foram, contudo, ali enterrados. Suas corpos foram depositados *ad sanctos*, em basílicas, muitas vezes construídas sob suas ordens. Os francos, ou pelo menos os seus reis, se tornaram cristãos. Clóvis foi o primeiro, batizado em 496. Pouco tempo depois ele unificou os francos na Gália, subjogou os alamanos e visigodos, além de destruir o enclave romano de Soissons, então sob a liderança de Siágrio.⁵⁰ A partir de então a Gália não mais se separaria da *Francia* que se construía em seu interior.

* * *

Há uma certa uniformidade na trajetória dos diferentes grupos francos na Gália romana. Inicialmente todos eles surgiram como saqueadores, dados às pilhagens de campos e aldeias ou à pirataria. Gradativamente eles foram sendo integrados ao mundo romano, alguns deles assumindo mesmo uma identidade romana. Como já salientamos, os francos surgiram da aglomeração de tribos vencidas pelos romanos, como foi o caso também dos alamanos. Ao contrário desses últimos, porém, os francos conseguiram transpor os limites que os separavam de Roma e da cultura latina, forjando nesse processo uma identidade própria, que poderíamos denominar franco-romana. Não foram absorvidos pelos romanos, nem tampouco se mantiveram como «bárbaros». Ao contrário, uma análise do que se passou na Gália quando do desaparecimento do Império Romano do Ocidente revela a construção de uma nova ordem sócio-cultural, ao mesmo tempo franca e romana.

Rivais dos francos, os visigodos também viram seu reino crescer ao longo do século V, abocanhando significativas porções das terras romanas. Mas nesse caso a linha divisória que os separava dos romanos demorou muito a ser ultrapassada. A identidade gótica seguiu um processo de afirmação totalmente diferente daquele

experimentado pelos francos. Os godos constituíram-se como povo e como reino contra e não ao lado dos romanos, apesar de algumas tentativas de aproximação, como no caso de Alarico I e Ataulfo. Em princípios do século VI, os godos arianos dominavam a maior parte do Ocidente romano, com os ostrogodos ocupando a Itália e os visigodos a Gália e a Espanha. Contudo, não conseguiram operar a fusão entre seus reinos e o mundo romano – e majoritariamente católico – que os cercava, a clivagem no plano religioso acentuando a separação.

Os francos seguiram por outros caminhos. Em 496, o rei Clóvis foi batizado por um bispo católico. Em 507 ele arrasou os visigodos e recebeu do imperador Anastácio de Constantinopla o título de cônsul. Uma túnica purpúrea, o diadema e um manto militar conferiam-lhe um ar imperial ao adentrar a igreja de São Martinho, em Tours (LH II,37-38). A *Francia* tomava corpo, mas era justamente o seu soerguer-se que mantinha viva a Gália romana.

OS GALO-ROMANOS E O FIM DO IMPÉRIO

No ano 260 da era cristã, tropas romanas da Gália proclamaram imperador seu comandante, Póstumo. Durante cerca de quatorze anos três imperadores sucederam-se na região: o próprio Póstumo (260-268), Vitorino (268-270) e Tétrico (270-274), o último deles tendo se rendido ao imperador de Roma, Aureliano. A elevação de Postumus decorreu do abandono da Gália pelo imperador romano Galieno, diante dos ataques de francos e alamanos. Os imperadores galo-romanos dedicaram-se principalmente ao combate às invasões, cuidando das fortificações da Gália (Van Dam 1992: 28-29).

A segurança dos galo-romanos associava-se fortemente à presença física do imperador. Num momento de crise aguda – como no caso dos ataques das tribos germânicas no século III – a ausência do imperador de Roma levou a nobreza galo-romana a criar seu próprio «império romano». Líderes locais assumiam, ainda que temporariamente, o papel da autoridade imperial. A emergência desse poder local era certamente uma subversão da ordem romana, mas o fato desse mesmo poder buscar expressar-se pela imagem imperial mostra o peso ideológico que a mesma possuía na sociedade da Gália.⁵¹

Em 455, novamente a aristocracia galo-romana elevou um de seus membros à condição de imperador, o senador Avito. De novo a Gália vivia a ameaça da ocupação germânica, agora bem mais efetiva. Mas, ao contrário do que fizeram seus antepassados duzentos anos antes, a nobreza senatorial da Gália conseguiu fazer Avito de fato imperador em Roma. Significativamente, essa manobra contou com o apoio e incentivo dos visigodos, que então ocupavam grande parte da Gália e da Espanha.

Dois séculos separam as ascensões de Póstumus e Avito. Nesse tempo as condições sociais e políticas da Gália mudaram consideravelmente. Em fins do século III, a presença efetiva da autoridade imperial – encarnada na pessoa do César Constâncio Cloro – trouxera novas esperanças de sobrevivência para a sociedade galo-romana, que se via ameaçada pelos constantes ataques bárbaros. As ações de Maximiano, Constantino, Constâncio II e Juliano contribuíram ainda mais para fortalecer tais esperanças, permitindo que novamente a população da Gália se sentisse segura dentro do mundo romano. Os panegiristas celebravam os feitos dos de seus protetores. Um deles, saudando Maximiano por volta de 289, recorda sua vitória sobre o rei franco Genobaudo (c.286), forçado a aceitar a paz com Roma (*Pan. lat. X apud Murray 2000: 4; Rouche 1996: 76*). Outro panegirista, escrevendo em 291, celebra a

supressão da pirataria franca (*Pan. lat.* XI, 7 apud Murray 2000: 4). O imperador Constantino parece ter encarnado em maior grau essa imagem de protetor. Recordemos mais uma vez o panegirista para quem a segurança da Gália não mais se encontrava nas águas do Reno, mas sim no terror que o nome de Constantino inspirava (*Pan. latino* VI apud Murray 2000: 8; Rouche 1996: 79).

A presença da corte imperial tornou-se constante na Gália, principalmente em Trêves, sede da Prefeitura do Pretório das Gálias e onde se organizava a defesa da fronteira renana. Constantino e Juliano estiveram lá várias vezes e Valentiniano I residiu nessa cidade de 365 a 375 (Jones 1986: 140).⁵² A situação, contudo, viria a mudar radicalmente nos anos seguintes, quando a onda de invasões bárbaras se abateu sobre o Ocidente e as combalidas tropas imperiais não conseguiram garantir a integridade da fronteira romana. O saque de Roma em 410 é o maior exemplo de sua fragilidade. Sintomaticamente a sede da Prefeitura do Pretório das Gálias foi deslocada de Trêves para Arles. A Gália do Norte não era mais segura o suficiente para representar a autoridade imperial. O caos estendeu-se para além da Gália. A Bretanha foi abandonada à própria sorte e a Espanha passou a ser dividida por vândalos e suevos.

É interessante observar de que modo reagiram as elites galo-romanas a essa nova situação. Duas questões se colocam de início. Em primeiro lugar, que alternativas possuíam os grandes proprietários e a população em geral da Gália para garantir sua segurança e a de seus domínios? Por outro lado, de que modo essas mudanças eram percebidas pela intelectualidade galo-romana, principalmente no que se refere à própria identidade romana da Gália?⁵³ Examinaremos a seguir alguns exemplos que nos auxiliam a discutir ambas as questões acima apontadas.

A usurpação do poder imperial aparece como um dos principais caminhos trilhados pela aristocracia galo-romana para suprir o vazio deixado pela autoridade imperial, cada vez mais distante e fraca. Estabelecida em Ravena, ela parecia não ser capaz de atender às necessidades da Gália, sobretudo no tocante à defesa. O imperador fazia-se representar por prefeitos enviados da Itália, não integrados às redes locais de poder. Esse distanciamento com relação à corte de Ravena certamente influenciou a decisão tomada por algumas lideranças galo-romanas de apoiar a ação de usurpadores. O que se desejava era a presença pessoal do imperador, vista como único remédio contra as sucessivas invasões (Van Dam 1992: 22-23). Se o imperador não mais vinha à Gália, faziam-se novos imperadores. Como destacamos acima, em 383 o general Máximo, comandante das tropas romanas na Bretanha, foi proclamado Augusto por seu exército e invadiu a Gália, numa operação que resultou na morte do imperador Graciano. Mas foi no século V, justamente durante a onda de invasões bárbaras que assolou o Império, que as usurpações ocorreram em maior número.

Em 407, as tropas romanas retiradas da Bretanha proclamaram imperador um de seus oficiais, de nome Constantino.⁵⁴ Ele contava com o apoio de tropas bárbaras, mas recebeu também a adesão de nobres galo-romanos. Homens como Apolinário – avô do bispo e poeta Sidônio Apolinário – e Decimius Rusticus estiveram ao lado de Constantino, ocupando sucessivamente o posto de Prefeito do Pretório da Gália (Zósimo VI 4,2.13,1; LH II,9; Mathews 1998: 310-312). Para horror de Paulo Orósio, uma de nossas principais fontes para o período, as usurpações se multiplicaram. Máximo, oficial de Constantino, foi proclamado imperador na Espanha. Jovinus, grande proprietário de terras na Gália, também apareceu como pretendente ao título imperial em 413, recebendo o apoio de grupos bárbaros e do mesmo Decimius Rusticus, que antes trabalhara junto a Constantino (Orósio VII 42,1-6; LH II,9; Mathews 1998: 313).

Assim, vemos parte da elite galo-romana empenhada no estabelecimento de uma nova ordem política, com o governo imperial sediado na Gália. O apoio bárbaro era

peça fundamental nesse processo. O que estava em jogo era a sobrevivência da própria vida romana na Gália, mesmo que para isso fosse necessário o rompimento com a autoridade imperial legalmente estabelecida. Vamos insistir neste ponto, pois se trata de uma idéia essencial para o desenvolvimento de nosso trabalho: por mais paradoxal que possa parecer, os galo-romanos uniam-se a bárbaros e usurpadores para lutar contra as tropas imperiais, com o intuito de defender o mundo romano que viam desabar ao seu redor.

Para as camadas inferiores da sociedade, a situação adquiriu cores mais dramáticas. Salviano, um padre de Marselha que viera de Trêves fugindo do ataque dos francos renanos em 413, atribuía as catástrofes de seu tempo aos pecados dos romanos, principalmente os poderosos proprietários de terras e magistrados (Van Dam 1992: 43). A pesada carga tributária que incidia sobre a população pobre impedia que ela desfrutasse plenamente da liberdade associada ao mundo romano. Pressionados pela miséria iminente, homens e mulheres fugiam para as regiões dominadas por bárbaros: “*Malunt enim sub specie captivitatis vivere liberi, quam sub specie libertatis esse captivi*” (Salvianus V,5).⁵⁵ Salviano refere-se não somente à população pobre, mas fala inclusive em pessoas educadas, de nascimento não obscuro, que procuravam entre os bárbaros um tratamento civilizado, digno dos romanos (*quaerentes scilicet apud barbaros Romanam humanitatem*) por não poder suportar o bárbaro tratamento entre os seus (*quia apud Romanos barbaram inhumanitatem ferre non possunt*). Eles preferiam sujeitar-se aos hábitos de um povo estranho, ao mau cheiro de seus corpos e roupas (*corporum atque induviarum barbaricarum fetore dissentiant*), a continuar sofrendo injustiça entre os romanos (Salvianus V,5).

Para Salviano de Marselha os romanos eram os verdadeiros bárbaros.⁵⁶ A fuga, visando o refúgio junto aos povos que ocupavam as terras da Gália e Espanha, era na verdade uma tentativa de escapar à barbárie já instalada no seio da sociedade romana. Abre-se aqui uma nova brecha na fronteira entre os mundos romano e bárbaro. Era possível para um romano viver entre os bárbaros. Lentamente a idéia de romanidade descolava-se da subordinação à autoridade imperial exercida num dado território.

Colaborar com os bárbaros foi também a opção de um outro nobre galo-romano, que também deixou por escrito suas agruras durante a época das invasões. Paulino, filho de uma família aristocrática de Bordeaux, nasceu em Pela, na Macedônia em 376 (Van Dam 1992: 150-152).⁵⁷ Era neto do poeta e senador Ausônio. Quando sua família retornou à Gália, Paulino, então uma criança de três anos, passou a viver em Bordeaux. Durante a ocupação da Aquitânia pelos visigodos ele veio a ocupar uma magistratura na corte do usurpador Átalo, patrocinado pelos godos (Paulinus *Euch.*, 291-296). Átalo é apresentado como verdadeiro fantoche dos visigodos, ele mesmo não acreditando na continuidade de seu governo (*Euch.*, 297-301). Pouco tempo depois, após a destituição de Átalo, os visigodos partiram para a Espanha, antes arrasando Bordeaux. Paulino e sua família, tendo perdido boa parte de suas propriedades, mudaram-se para Bazas.

Logo a cidade acabou cercada por hordas de godos e alanos (414). Valendo-se de uma antiga amizade com o rei dos alanos, Paulino conseguiu estabelecer uma aliança com esse povo, o qual voltou-se contra os antigos aliados godos e livrou a cidade do cerco (*Euch.*, 328-405). Assim, uma cidade romana foi libertada do cerco de bárbaros razoavelmente romanizados – os visigodos – por um povo ainda mais «bárbaro», na acepção romana do termo. E isso só foi possível graças às relações pessoais estabelecidas entre um chefe alano e um cidadão romano. É curioso que na narrativa de Paulino não intervêm tropas ou funcionários imperiais. Tudo se resolve entre os cidadãos e os bárbaros, alanos e godos. No Império do Ocidente das primeiras décadas

do século V a sobrevivência de cada cidade era, na maioria das vezes, uma questão local.

Paulino de Pela nos conta ainda que em Bazas havia um outro perigo além dos invasores. Escravos e jovens livres de baixa condição pegavam em armas contra seus senhores (*Euch.*, 328-336). Salviano de Marselha, por sua vez, recorda que muitos dos que abandonavam a vida no mundo romano fugiam para as zonas onde grassavam as revoltas conhecidas como *bagaudae* (Salvianus V,5-6), um antigo foco de distúrbios na Gália.⁵⁸ Em 406 os camponeses da Armórica – na porção noroeste da Gália, acima do rio Loire – revoltaram-se devido à pressão fiscal do Império, atacando os funcionários imperiais e os grandes proprietários. Quando o general Constâncio assumiu o comando da campanha na Gália, uma nova elevação dos tributos tornou a situação ainda mais tensa. Zona turbulenta, a Armórica estivera também sob a constante pressão de invasores, o que certamente contribuiu para desestabilizar ainda mais a ordem legal romana. A comédia *Querolus*, curiosa obra dessa época, retrata as paragens da Armórica como um lugar onde não vigorava o sistema legal romano, camponeses proferiam discursos e tudo era permitido.⁵⁹ Na Armórica ou em Bazas, a ordem legal romana era simplesmente ignorada. A desintegração do Império Romano do Ocidente não foi apenas um processo de perda territorial, mas compreendeu também a desarticulação dos sistemas locais de poder que sustentavam a autoridade imperial.

Acredita-se que a comédia *Querolus* tenha sido composta por alguém do círculo de amigos do nobre galo-romano Rutilius Claudius Namatianus (Murray 2000: 55.171). Em 417, ele estava voltando para suas terras na Gália, após anos de serviço em Roma, onde fora inclusive prefeito da cidade. Ele transformou sua viagem num poema, o *De redito suo*.⁶⁰ A certa altura da narrativa ele menciona um parente seu da Gália, Exuperantius, que subjugara na Armórica um movimento rebelde. Seu feito foi celebrado por Rutilio como uma restauração da lei e da liberdade naquela região, não sendo mais permitido que alguém fosse servo de seus próprios escravos.⁶¹ Nem todos na Gália do século V afastavam-se do ideal do governo imperial tradicional. Uma parcela da aristocracia galo-romana ainda pretendia restaurar a velha ordem e neutralizar tanto os focos de rebeldia internos – como as *bagaudae* – quanto a ameaça bárbara. Para tanto apegavam-se aos comandantes militares enviados da Itália pelos imperadores, como Constâncio, nos tempos de Honório, e Aécio, nos dias de Valentiniano III.

Constâncio, valendo-se de uma aliança com os visigodos, conseguiu uma ligeira recuperação do domínio romano sobre a Gália. Data dessa época o restabelecimento da antiga instituição do *Concilium*, reunião dos grandes proprietários locais que tinha por objetivo discutir assuntos de seu interesse e também questões de ordem pública. O prefeito do pretório Agrícola foi o responsável pela reabilitação do *Concilium*, que passou a se reunir anualmente em Arles, estando contudo restrito às Sete Províncias (*Concilium Septem Provinciarum* – Matthews 1998: 334.338; Rouche 1996: 96).⁶² Visando restabelecer a ordem e garantir a defesa na Armórica e outras partes da Gália, Constâncio criou uma zona militarizada, o *Tractus Armoricanus et Servicanus*, na área que compreendia as seguintes províncias: *Aquitanica I*, *Aquitanica II* (onde em seguida foram instalados os visigodos), *Lugdunensis III*, *Lugdunensis IV* e *Bélgica II* (Rouche 1996: 95).

Essa tentativa de recuperação da autoridade imperial compreendeu também uma dura repressão aos que haviam desafiado a ordem legal. Em 412, o Prefeito do Pretório Cláudio Dardanus executou em Narbonne o usurpador Jovino e o irmão deste, Sebastião. As cabeças dos rebeldes foram enviadas a Cartago e exibidas nos muros da cidade, como já anteriormente se fizera com outros usurpadores (Matthews 1998: 315). Os partidários de Jovino foram duramente perseguidos na Gália. Decimus Rusticus,

Agroetius (*primicerius notariorum* de Jovino) e vários outros nobres foram presos e executados Auvérnia (LH II,9).

As reformas de Constâncio produziam seus efeitos, contendo ainda que temporariamente a onda de revoltas na Armórica.⁶³ O retorno de Rutilio Namatiano provavelmente foi motivado pela nova situação da Gália após as vitórias de Constâncio.⁶⁴ Os grandes proprietários eram chamados a exercer sua autoridade em suas regiões de origem, ao menos naquela parte da Gália que o Império Romano pretendia controlar de forma mais direta. O *Concilium Septem Provinciarum* era a materialização desse projeto.

Rutilius, e talvez outros de seu meio, parece ter experimentado um momento de otimismo, vislumbrando uma Gália governada por eles mesmos, dentro da ordem romana. Por isso era importante para ele falar na Roma que renascia dos escombros, “*ordo renascendi*”.⁶⁵ A cidade que um dia se recuperara da derrota frente as tropas cartaginesas poderia se erguer após o desastre de 410. Ao mesmo tempo, contudo, parte da Aquitânia era entregue aos visigodos, perigosos aliados que logo causariam novos problemas. As décadas seguintes frustrariam as doces esperanças de homens como Rutilio Namatiano.⁶⁶

Constâncio chegou a ser proclamado Augusto em 421, para governar ao lado de Honório, mas morreu meses depois.⁶⁷ Em 423 deu-se a morte de Honório e dois anos depois, após ser sufocada uma nova usurpação, Valentiniano III subiu ao poder.⁶⁸ Durante seu governo a liderança militar coube ao general romano Aécio.⁶⁹ Este manteve as ações de defesa dos territórios romanos frente os ataques bárbaros. Assim conseguiu, graças ao apoio dos hunos, neutralizar as ofensivas de visigodos, francos, alanos e burgúndios. A guerra com os hunos, iniciada com a invasão comandada por Átila em 451, desestabilizou o esquema de poder de Aécio, assassinado em 454 pelo próprio imperador Valentiniano III.

A morte do imperador no ano seguinte e sua confusa sucessão, além do saque de Roma pelos vândalos em 455, lançaram novamente as províncias ocidentais num clima de completa insegurança. A delicada situação na Itália abriu caminho para a nobreza galo-romana tentar concretizar seu velho sonho imperial, não mais proclamando na Gália um imperador local, mas de lá enviando ao centro do poder imperial um novo Augusto. O escolhido foi Avito, então *magister militum per Galias*. Em julho de 455, suas tropas o proclamaram imperador, com o apoio dos visigodos. No mês de setembro do mesmo ano, ele entrou em Roma.

Avito governou pouco tempo. Em 457, ele foi destituído por Ricimer, sendo morto pouco tempo depois.⁷⁰ A instabilidade imperial persistiria até a queda do último imperador do Ocidente, em 476. Nesses últimos anos do Império, a Gália assistiu ao fortalecimento dos reinos germânicos em seu interior. Mas havia na elite galo-romana os que ainda sonhavam com a manutenção da velha ordem, enquanto outros afinavam-se com os novos senhores da Gália. A carreira de Sidônio Apolinário (c.430-c.490) nos permite conhecer bem os dois lados da moeda.

Quando Avito entrou em Roma como novo imperador ele trouxe consigo seu genro Sidônio, um nobre de Lyon, filho de um Prefeito do Pretório e neto daquele Apolinário que apoiara o usurpador Constantino.⁷¹ Sidônio conseguiu sobreviver à queda de Avito, chegando mesmo a se relacionar muito bem com os imperadores que o sucederam.⁷² Durante o governo de Antêmio (467-472), ele veio a ocupar a função de prefeito da cidade. Por volta de 470, tornou-se bispo de Clermont (Auvérnia), região ambicionada pelos visigodos. Como bispo, Sidônio articulou a defesa de Clermont, procurando a todo custo mantê-la em mãos romanas. Fracassou, pois a Auvérnia foi

cedida aos visigodos, tendo ele sido feito prisioneiro do rei Eurico durante algum tempo.

Como um romano da velha escola, Sidônio cultivava o gênero epistolar. Graças à coleção de cartas que ele publicou, conhecemos boa parte de sua carreira e de suas idéias. Interessa-nos aqui, sobretudo, sua visão acerca da sobrevivência da cultura romana frente à forte presença germânica na Gália. Sidônio amava Roma, que era para ele o lar da lei e da liberdade, onde somente bárbaros e escravos eram estrangeiros: “[...] *domicilium legum, gymnasium litterarum, curiam dignitatum, verticem mundi, patriam libertatis, in qua unica totius orbi civitate soli barbari et servi peregrinatur*” (Ep. I 6,2).⁷³ A identidade romana estaria assim alicerçada, por um lado, na liberdade – o que excluía os escravos – e por outro no pertencimento à tradição do romana, especialmente a cultura literária, coisa que ele não atribuía aos bárbaros.⁷⁴

O mundo bárbaro era algo bastante desagradável para Sidônio. Uma das cartas que escreveu no cativeiro relata seu tormento noturno em meio aos visigodos, não conseguindo dormir devido à proximidade de duas velhas mulheres desse povo, cuja gritaria e modos o incomodavam (Ep. VIII 3,2). Algumas vezes, contudo, ele era capaz de adotar um olhar mais brando, como na descrição que fez para o amigo Domnício do cortejo nupcial do príncipe franco Sigismer (Ep. IV 20), ou ao retratar o rei dos visigodos, Teodorico II (Ep. I 2).

O grande temor de Sidônio era a ameaça à tradição e às letras latinas que ele percebia na ascensão germânica na Gália. Numa carta endereçada a um certo João, ele o exalta como o único mestre a defender a língua latina da extinção, quando das guerras que arrasaram a Gália:

Credid me, vir peritissime, nefas in studia committere, si distulissent prosequi laudibus quodammodo iam sepultarum suscitatur fautor assertor concelebraris, teque per Gallias uno magistro sub hac tempestate bellorum Latina tenuerunt ora portum, cum pertulerint arma naufragium (Ep. VIII 2,1).⁷⁵

A seqüência desse texto nos revela o cerne das preocupações que afligiam Sidônio: a preservação do latim garantiria a sobrevivência da velha tradição romana, do respeito à nobreza de nascimento, pois em seus dias não mais se podia distinguir as pessoas de acordo com sua dignidade. Tudo estava confuso, pois se vivia entre estrangeiros insubmissos (*in medio gentis invictae, quod tamen alienae*). Somente restaria como sinal distintivo de nobreza o conhecimento das letras: “[...] *nam iam remotis gradibus dignitatum, per quas solebat ultimo a quoque summus quisque discerni, solum erit posthac nobilitatis indicium litteras nosse*” (Ep. VIII 2,2).⁷⁶

Para Sidônio Apolinário, não estava em jogo apenas a autonomia política da Gália, mas a própria preservação da ordem social que ele percebia ameaçada pela dominação germânica. Manter viva a tradição literária latina – cujo conhecimento sempre fora privilégio das elites no mundo romano – seria uma forma de garantir a existência da própria aristocracia galo-romana. Urgia preservar ambas.

Havia que incentivar, para tanto, os que tinham condições de manejar bem as armas da eloqüência. Era o caso do franco romanizado Arbogasto, cujo ancestral homônimo desempenhara ativo papel nos tempos de Teodósio e Valentiniano II. Sidônio louva-lhe a ausência de barbarismos na linguagem (*nescius barbarismorum*), muito embora vivesse ele entre bárbaros (*barbarorum familiaris*), acrescentando um elogio a sua habilidade tanto com as armas quanto com a pena: “[...] *par ducibus antiquis lingua manique, sed quorum dextera solebat non stilum minus tractare quam*

gladium” (Ep. IV 17,1).⁷⁷ Tal habilidade poderia ser útil a Arbogasto, ensina-lhe Sidônio:

Quocirca sermonis pompa Romani, si qua adhuc uspiam est, Belgicis olim sive Rhenanis abolita terris in te resedit, quo vel incolumi vel perorante, etsi apud limitem Latina iura cecciderunt, verba non titubant. quapropter alternum salve rependens granditer laetor saltem in inlustri pectore tuo vanescentium litterarum remanisse vestigia, quae si frequenti lectione continuas, experiere per dies, quanto antecellunt beluis homines, tanto anteferri rusticis institutos (Ep. IV 17,2).⁷⁸

A superioridade intelectual se refletiria assim na hierarquia social. Os homens dominam as bestas e exploram seu trabalho. Se a situação dos rústicos perante os letrados era a mesma, também sua sujeição deveria ser a mesma. Era essa estrutura de dominação que homens como Sidônio temiam ver ruir com o desaparecimento do Império Romano e sua cultura. Mas de qualquer modo, Arbogasto cruzara a fronteira que separava os francos dos romanos na Gália. A distinção étnica podia ser ignorada, mediante a absorção pelo bárbaro dos valores culturais romanos. Falando corretamente o latim, escrevendo e se portando como romano, o franco Arbogasto podia ser considerado por Sidônio um igual, um filho de Roma. A linha demarcatória que Sidônio insistia em destacar era aquela que tanto no plano cultural quanto social cortava em dois o mundo galo-romano, separando letrados de rústicos, superiores de inferiores.

Certamente a fronteira étnica não era aqui abolida, por duas razões: em primeiro lugar, esse percurso não estava aberto a todos; além disso, o próprio critério de aceitação implicava num reconhecimento da diferença. Retornamos assim ao problema da permanência das fronteiras étnicas. Nas palavras de Darcy Ribeiro (1970: 118):

Uma conseqüência importante que deve ser sublinhada é que a passagem por tais fronteiras não dilui a existência do grupo nem a rigidez dessas fronteiras: pessoas podem mudar de identidade, alterando os traços culturais que demonstram: ao fazer isto, longe de negar a pertinência da distinção entre grupos étnicos, estará reforçando a existências de identidades distintas.

Desse modo, a identidade franca de homens como Arbogasto não era perdida, mas se combinava com uma nova identidade romana. Mas se era possível a alguém de sangue bárbaro ser aceito como um mestre no mundo das letras romanas, o percurso inverso era temido. Numa carta enviada ao amigo Siágrio (Ep. V 5), que cooperava com os burgúndios, Sidônio lhe faz uma advertência: ele deveria buscar um equilíbrio entre as duas línguas, de modo a não perder sua romanidade. Assim, agindo como um novo Sólon entre os burgúndios (*novus Burgundionum Solon in legibus disserendis*) ele os ensinaria e faria abraçar o espírito romano (*cor Latinum* – Ep. V 5,3). Sidônio mostra-se impressionado com a facilidade com a qual Siágrio – cuja nobreza ele ressalta apontando os títulos de seus antepassados – aprendeu os sons da língua germânica. Falar como um germano era de alguma forma penetrar no seu mundo, adotar sua cultura. Era isso que incomodava Sidônio Apolinário, embora ele conseguisse perceber as vantagens que podiam advir desse contato, registrando sua satisfação em saber que Siágrio impunha respeito entre os bárbaros por seu saber (Ep. V 5,3).

Siágrio servia os burgúndios, aliados dos romanos. Outros preferiram os visigodos, em rota de colisão com o Império. Em 469 foi interceptada uma carta do prefeito do pretório da Gália, Arvando, endereçada a Eurico. Nela o magistrado romano teria sugerido ao rei visigodo que rompesse com o imperador Antêmio e partilhasse a Gália com os burgúndios. Arvando, amigo de Sidônio, foi condenado à morte, pena que acabou comutada em exílio (Ep. I,7).⁷⁹ Poucos anos depois um outro alto funcionário

galo-romano, Seronato, também foi acusado e condenado por conspirar contra Roma junto com os visigodos, tendo sido executado por volta de 475 (Ep. V 13; VII 7; Teitler 1992: 315-316).

Pouco tempo depois os bispos Basílio de Aix, Greco de Marselha, Fausto de Riez e Leôncio de Arles intermediaram um acordo pelo qual a Auvérnia era cedida aos visigodos de Eurico (Murray 2000: 246). Sidônio Apolinário ficou consternado com a traição romana. Numa longa carta, ele adverte Basílio de Aix do perigo ariano que se instalava com os godos, procurando convencê-lo a não pactuar a entrega da Auvérnia (Ep. VII 6). Mas não obteve sucesso. Todos os esforços dos galo-romanos da região para manter seus vínculos com o Império haviam sido em vão. Viraram moeda de troca: “*facta est servitus nostra pretium securitatis alienae*”, lamentava-se Sidônio junto a Greco de Marselha (Ep. VII 7,2).⁸⁰ Nada mais restava senão se acomodar à nova situação. Ele nascera num tempo em que a Gália parecia segura em mãos romanas. Durante sua vida pública suas ilusões foram duramente desfeitas. Sidônio Apolinário terminou seus dias como bispo de Clermont, não sem antes ter descrito de forma elogiosa a corte do mesmo Eurico que antes execrara (Ep. VIII 9). Novos tempos, novos caminhos.

Misturavam-se os mundos, e muitos não compartilhavam do sentimento de Sidônio quanto à necessidade de separação entre germanos e romanos. Arvando e Seronato são exemplos de galo-romanos que julgaram mais seguro para seu futuro o partido dos visigodos. Anos antes esta havia parecido a melhor saída para muitos romanos da Gália, que lançaram todas as suas fichas na ascensão de Avito. Os desiludidos de Salviano de Marselha também agiam desse modo. Outros, como Paulino de Pela, simplesmente resignavam-se. A tendência continuou nos anos seguintes. Quando Eurico tomou posse de Clermont, lá se fez representar pelo *dux* Vitório, galo-romano exaltado por Gregório de Tours por ter reconstruído muitas igrejas na cidade (LH II,20). Para Gregório, que escreveu no século VI, a fronteira entre os dois mundos parecia difícil de discernir. Ele já havia apresentado o general romano Egídio como rei entre os francos e seu filho Siágrio como *rex Romanorum* (LH II,12; II,27).

Talvez por isso Sidônio figure na história da Gália como um dos últimos romanos. Mas sua última atividade pública mostra o caminho que os de sua estirpe poderiam seguir, mantendo-se como romanos num mundo dominado pelo poder germânico: Sidônio morreu como bispo de Clermont, escrevendo cartas como Cícero ou Símaco, embora a sua volta a Gália rapidamente se transformasse. A carreira eclesiástica tornara-se um refúgio para os homens de letras da Gália. Nos anos que se seguiram a sua morte, o rei Clóvis (481-511) unificou os francos ao norte e iniciou a expansão do reino merovíngio para o sul. Em 507 ele bateu os visigodos de Alarico II (filho de Eurico) e avançou para além do Loire. A Auvérnia foi recuperada na mesma época. Os filhos de Clóvis consolidaram o domínio franco em 524, conquistando o reino burgúndio. A *Gallia* de Sidônio tornava-se a *Francia* de Clóvis. Mas entre esses dois mundos Roma ainda vivia.

ABREVIATURAS

LH – *Libri Historiarum* (Gregório de Tours)

LHF – *Liber Historiae Francorum*

MGH - *Monumenta Germaniae Historica*

Auct. ant. – *Auctores Antiquissimi*

SS rer. Merov. – *Scriptores rerum Merovingicarum*

Pan. Lat. – Panegíricos Latinos

PL – *Patrologia Latina* (Ed. J-P Migne).
VM – *Vita Martini* (Sulpício Severo)
VPJ – *Vida dos Padres do Jura*

FONTES PRIMÁRIAS

- AMMIANUS MARCELLINUS. *Rerum gestarum*. Texto latino e tradução de J. C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 1982. 3v.
- FREDEGARIUS. *Chronica*. In: KRUSVH, B. (Ed.). *Fredegarii et aliorum chronica. Vitae sanctorum*. MGH, SS rer. Merov., t.1, v.2. Hannover, 1888. Disponível em: www.dmgh.de Último Acesso em: 30 de maio de 2008.
- GREGORIUS TURONENSIS. *Historiarum libri X*. In: KRUSCH, B; LEVISON, W. (Ed.) *Gregorii Turonensis Opera*. MGH, SS rer. Merov., t.1, v.1. Hannover, 1941. Disponível em: www.dmgh.de Último Acesso em: 30 de maio de 2008.
- Liber historiae Francorum*. Tradução de Bernard Bachrach. Lawrence: Coronado Press, 1973.
- OROSIO. *Le storie contro i pagani*. Edição bilingüe organizada por Adolf Lippold. Trad. Aldo Bartolucci e Gioacchino Chiarini. Milano: Mondadori, 2001.
- RUTILIUS NAMATIUS. *De redito suo*. Disponível em: <http://www.intratext.com/X/LAT0227.HTM> Último Acesso em: 30 de maio de 2008.
- SALVIANUS. *De gubernatione Dei libri VIII*. In: HALM, Karl (Ed.). *Salviani presbyteri Massiliensis Libri qui supersunt*, Berlin 1877. MGH, Auct. ant., t.1, v.1, p.1-108. Berlin, 1887. Disponível em: www.dmgh.de Último Acesso em: 30 de maio de 2008.
- SIDONIUS. *Poems and Letters*. Texto latino e tradução de W. B. Anderson. Cambridge: Harvard University Press, 1980. 2v.
- SULPICE SÉVÈRE. *Vie de Saint Martin*. Texto latino, tradução e comentários de Jacques Fontaine. Paris: Editions du Cerf, 1967-1969, Coleção “Sources Chrétiennes”. 3v.
- Vida dos padres do Jura*. Salvador: CIMBRA, 1987.
- ZÓSIMO. *Nueva historia*. Trad. de José M.^a Candau Morón. Madrid: Gredos, 1982.

BIBLIOGRAFIA

- BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFFENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p.187-227.
- BROWN, Peter. *O fim do mundo clássico: de Marco Aurélio a Maomé*. Trad. António Gonçalves Mattoso. Lisboa: Verbo, 1972.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: _____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.97-108.
- CARVER, Martin (Ed.). *The Age of Sutton Hoo*. Woodbridge: Boydell Press, 1992.
- DRINKWATER, John; ELTON, Hugh. *Fifth-century Gaul: a crisis of identity?* Cambridge: University Press, 1992.
- FLETCHER, Richard. *The Barbarian Conversion: From Paganism to Christianity*. New York: Henry Holt, 1998.
- GEARY, Patrick J. *Before France and Germany: The Creation and Transformation of the Merovingian World*. New York: Oxford University Press, 1988.

- HARRIES, Jill. Church and state in the Notitia Galliarum. *The Journal of Roman Studies*. London, v.68, 1978, p.26-43.
- _____. Sidonius Apollinaris, Rome and Barbarians: a climate of treason? In: DRINKWATER, John; ELTON, Hugh. *Fifth-century Gaul: a crisis of identity?* Cambridge: University Press, 1992, p.298-308.
- HEDEAGER, Lotte. Empire, Frontier and the Barbarian Hinterland: Rome and Northern Europe from AD 1-400. In: ROWLANDS, M.; LARSEN, M.; KRISTIANSEN, K. *Centre and Periphery in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p.125-140.
- JAMES, Edward. *The Franks*. Oxford: Basil Blackwell, 1988.
- JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire*. Baltimore: John Hopkins, 1986. 2v.
- MAIER, Franz Georg. *Las transformaciones del mundo mediterraneo*. México, DF: Siglo XXI, 1986.
- MATTHEWS, John. *Western Aristocracies and Imperial Court: AD 364-425*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- MURRAY, Alexander C. *From Roman to Merovingian Gaul*. Peterborough: Broadview Press, 2000.
- MUSSET, Lucien. *Las invasiones: las oleadas germánicas*. Trad. Oriol Durán. Barcelona: Labor, 1967. 2.v.
- PIGANIOL, André. *Historia de Roma*. 5.ed. Buenos Aires: Eudeba, 1981.
- POUTIGNAT, P.; STREIF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- RÉMONDON, Roger. *La crisis del Imperio Romano*. Barcelona: Labor, 1984.
- RICHÉ, P.; PÉRIN, P. *Dictionnaire des Francs: les temps Mérovingiens*. Lonrai: Bartillat, 1996.
- RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- RICHÉ, P.; LE MAITRE, P. *Les invasions barbares*. 9^e ed. Paris: PUF, 1996.
- ROUCHE, Michel. *Clovis*. Paris: Fayard, 1996.
- TEITLER, H.C. Un-Roman activities in late antique Gaul: the cases of Arvandus and Seronatus. In: DRINKWATER, John; ELTON, Hugh. *Fifth-century Gaul: a crisis of identity?* Cambridge: University Press, 1992, p. 309-317.
- VAN DAM, R. *Leadership and Community in Late Antique Gaul*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- WALLACE-HADRILL, J.M. *The Long-Haired Kings*. Toronto: University of Toronto Press, 1993.
- WOLFRAM, H. *History of Goths*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- WOOD, I. *The Merovingian Kingdoms*. London: Longman, 1994.

NOTAS

¹ Divisões administrativas criadas por Diocleciano (284-305).

² As subdivisões administrativas da Gália foram registradas num documento da segunda metade do século IV conhecido como *Notitia Galliarum*, cujo texto pode ser encontrado em Harries (1978: 26-43).

³ Sobre a divisão entre germanos orientais e ocidentais veja-se P. Riché (1996: 5). L. Musset (1967: 7-14) prefere um critério lingüístico de classificação.

⁴ Na identificação de séculos e anos da Era Cristã omitimos em todo este trabalho a designação d.C.

⁵ Sobre a crise do século III no Império Romano veja-se: Brown (1972); Maier (1986); Rémondon (1984).

⁶ Em 286, Diocleciano conferiu ao general Maximiano o título de César, associando-o ao poder imperial. No ano seguinte, Maximiano foi elevado a Augusto, igualando-se na dignidade imperial ao próprio Diocleciano. A partir de 293 os dois Augustos passaram a ter como auxiliares dois Césares: Galério (293-311) – no Oriente, com Diocleciano – e Flávio Valério Constâncio (293-306), que se juntou a Maximiano no Ocidente, constituindo o sistema de governo conhecido como tetrarquia (JONES, 1986: 37-41).

⁷ Em 409, registrou-se uma dissidência no grupo de Constantino, tendo sido aclamado imperador na Espanha o general Máximo, executado em 418 pelas tropas legalistas (Jones 1986: 185).

⁸ Inicialmente Jovino contou com o apoio desses povos, mas os visigodos acabaram mudando de lado e ajudaram Honório a derrotar Jovino (LH II,9; Wood 1994: 9).

⁹ Sobre os godos veja-se Wolfram (1990).

¹⁰ *Tervingi* significa “os homens da floresta” e *Vesi* “bons” ou “nobres”. *Greutungi* são “os godos das estepes e das costas rochosas” e ostrogodos são os “godos do sol nascente” ou “godos do Leste”. No século V Cassiodoro cunhou o termo visigodos, considerando-os como os godos do Oeste, em oposição aos ostrogodos (Wolfram 1990: 25; Rouche 1996: 67).

¹¹ As informações seguintes acerca dos godos baseiam-se em Wolfram (1990) e Geary (1988).

¹² Após a morte de Estilício – assassinado em 408 – Constâncio surgiu como principal comandante militar romano, tendo trabalhado na restauração da autoridade romana na Gália. Negociou com Valia, sucessor de Ataulfo, uma aliança militar pela qual também obteve a devolução de Placídia, a quem desposou (417). Elevado à condição de Augusto em 421, morreu poucos meses depois. Valentiniano III, imperador a partir de 425, era filho de Constâncio e Placídia (Jones 1986: 176).

¹³ O imperador Júlio Nepos (473-75) negociou com os visigodos a troca de Clermont (*Civitas Arevernorum*) pelas cidades de Marselha e Arles, que haviam sido por eles ocupadas anos antes (Jones 1986: 244).

¹⁴ Em 369 os burgúndios auxiliaram o imperador Valentiniano I (364-375) numa luta contra os vândalos (Wood 1994: 9).

¹⁵ O suevo Ricimer foi um dos responsáveis pela deposição do imperador Avito (455-56), senador da Gália. Com seu apoio o também galo-romano Majoriano subiu ao trono em 457, mas acabou morto por ordens do próprio Ricimer em 461, que colocou em seu lugar o senador Líbio Severo (Jones 1986: 240-241).

¹⁶ Em 465 Líbio Severo morreu e Leão I, de Constantinopla, apontou Antêmio, antigo *magister militum per Orientem*, como imperador de Roma. Ricimer aceitou a contragosto a indicação e Antêmio foi proclamado Augusto em 467. Cinco anos depois Ricimer entrou em guerra aberta com Antêmio, que foi morto. Seguiu-se o curto governo de Olíbrio, mais um fantoche de Ricimer. Em 472 ambos morreram e Gundobaldo assumiu o comando das tropas romanas na Itália, patrocinando em 473 a ascensão de Glicério. Cf. Jones (1986: 241-244).

¹⁷ Glicério foi substituído por Júlio Nepos (473-475). Nepos acabou tendo de abandonar o trono diante da revolta de seu próprio homem de confiança, Orestes, que fez imperador seu filho, Rômulo. Em 476 Rômulo foi deposto por tropas de *foederati* oriundos de varas tribos germânicas, comandados por Odoacro. Era o fim do Império Romano do Ocidente (Jones 1986: 244).

¹⁸ “*Burgundionibus leges mitiores instituit, ne Romanos opprimerent*”.

¹⁹ No governo de Valentiniano III, Aécio conseguiu derrotar seus inimigos na corte e se impor mesmo à mãe do imperador e regente nos primeiros anos de seu governo, Gala Placídia; favoreceu-lhe sua estratégica aliança com os hunos, liderados pelo rei Rua. Com eles pode derrotar os visigodos – aliados de Placídia – em 433 e assumir o comando das ações militares no Ocidente, tornando-se patrício. Átila, sucessor de Rua, adotou uma política mais agressiva com relação aos romanos, invadindo territórios do

Império (Jones 1986; Rouche 1996). Sobre o apoio dos visigodos a Placídia ver também Ian Wood (1994: 7).

²⁰ Aécio foi morto pelo próprio Valentiniano, em 454. Soldados de Aécio vingaram seu comandante cerca de seis meses depois, assassinando o imperador em março de 455. Ambos os assassinatos suspeita-se terem sido instigados pelo senador Petronius Maximus, que acabou sendo proclamado imperador. Em fins de maio desse mesmo ano Roma foi invadida e saqueada pelos vândalos. Ao tentar fugir da cidade, Petronius Maximus foi linchado pela multidão (Jones 1986: 240).

²¹ “Muitos dizem que os francos são originários da Panônia. E que primeiro habitaram as margens do Reno. De lá, atravessando o Reno, passaram à Turíngia. E ali em cada aldeia e em cada cidade em que se estabeleciam, escolhiam para governá-los reis cabeludos, oriundos segundo se diz da mais antigas e nobre família dentre eles.”

²² Sobre Fedegário veja-se: J. M. Wallace-Hadrill (1982, cap.3).

²³ Embora compostos em datas próximas a narrativa de Fredegário e o *Liber Historiae Francorum* são independentes. O primeiro trabalho teria sido composto por volta de 660, na Borgonha, enquanto o LHF foi escrito na Nêustria, em torno de 727 (Wallace-Hadrill 1982, cap.3; Bacharach 1973: 9-23).

²⁴ Estaria explicada assim a antiga denominação de sicâmbrios dada aos francos (Cf. LH II,31).

²⁵ Segundo o *Liber Historiae Francorum* foi o imperador romano Valentiniano I quem chamou assim pela primeira os troianos, após os mesmos o terem ajudado a combater os alanos (Cf. LHF 2).

²⁶ A denominação “ripuários” é tardia, não tendo surgido antes do século VIII (Geary 1988: 78, Riché 1996: 6). James (1988: 56) e Rouche (1996: 81) preferem denominá-los “francos renanos”, identificação que será seguida neste trabalho.

²⁷ “Early medieval peoples are not biological entities, like races; sometimes they appear to be no more than men and women who are temporarily grouped together, by others, by themselves or, more commonly, by their leaders.”

²⁸ “[...] irruptiones Alamanorum assiduas et Francorum (...) Audite me quem Alamani audierunt et Franci” (Ammianus XXI 5,3; XXII 5,4).

²⁹ “Talvez o termo «franco» fosse usado quando se referindo a sua posição como membro de uma confederação política, ou quando desejavam estabelecer um contraste entre eles próprios e outros grupos, como os romanos ou os alamanos. Seus próprios sentimentos de lealdade podem ter sido para com o grupo tribal. Lealdade à tribo ao contrário que à confederação como um todo pode ter prevalecido entre alguns francos, particularmente aqueles que permaneceram a leste do Reno, até uma época tão tardia quanto o século VIII.”

³⁰ Para os conceitos de grupo e de fronteira étnica aqui adotados, vejam-se: Barth (1988); Poutignat e J. Streif-Fenart (1998), Cunha (1987), Ribeiro (1970).

³¹ Referências a francos no século III encontram-se especialmente nos Panegíricos Latinos (Cf. Murray 2000: 3-9). Para o século IV, vejam-se as histórias de Amiano Marcelino (especialmente os livros XV-XVII, XX-XXII, XXVII-XXVIII, XXX-XXXI), Zósimo (livros I, III e IV) e Paulo Orósio (livro VII).

³² Cf. *Pan. lat.* (VIII 18,3 apud Murray 2000: 5). Conforme observa R. Fletcher (1998: 109) a habilidade náutica dos francos é muitas vezes esquecida, ao contrário do que ocorre com relação a seus vizinhos saxões.

³³ Aureliano – imperador entre 270 e 275 – era então general de Gordiano III (238-244).

³⁴ Diocleciano alterou também a forma de governo do Império. Em 286 ele deu ao general Maximiano o título de César, associando-o ao poder imperial. No ano seguinte, Maximiano foi elevado à condição de Augusto, igualando-se na dignidade imperial ao próprio Diocleciano. A partir de 293 os dois Augustos

passaram a ter como auxiliares dois Césares: Galério (293-311) – no Oriente, com Diocleciano – e Flávio Valério Constâncio (293-306), que se juntou a Maximiano no Ocidente. É a chamada tetrarquia (JONES, 1986: 37-76; PIGANIOU, 1981: 414-418).

³⁵ Constantino tornou-se César em 306. Uma guerra civil estourou em seguida, ao fim da qual ele venceu Maxêncio (filho de Maximiano) na batalha da Ponte Milvia, assumindo o controle do Ocidente. Somente a partir de 324, quando eliminou seu rival Licínio, Constantino governou sozinho o Império (Jones 1986: 77-111; Piganio 1981: 417-429).

³⁶ Constantino foi sucedido em 337 por seus filhos Constantino II, Constante e Constâncio II. A partir de 350, Constâncio II governou sozinho como Augusto. Em 355, ele nomeou César seu sobrinho Juliano, com quem mais tarde se desentendeu. Juliano foi proclamado Augusto por suas tropas em 360, tornando-se imperador único em 361, ano da morte de Constâncio. Morreu em 363 (Jones 1986: 112-137; Piganio 1981: 433-437).

³⁷ “Eu sou um cidadão franco, um soldado romano pela armas”. Rouche (1996: 80) traduz de maneira diferente: “Moi, Franc, citoyen romain, soldat sous les armes”. Consideramos mais apropriada a versão de Fletcher a qual se aproxima daquela dada por Geary (1988: 79), com a diferença de que esse último utiliza “Frank by nationality” ao invés de “Frankish citizen”.

³⁸ Sobre a imagem de Constantino e sua família como protetores da Gália veja-se Van Dam (1992: 39-41).

³⁹ Com as mortes de Constâncio II (361) e Juliano (363), chegou ao fim o domínio imperial dos descendentes de Constantino. Após um curto governo do oficial ilírio Joviano (363-4), foi proclamado imperador Valentiniano (364-375), militar da Panônia. Logo ele associou ao poder seu irmão Valente, que elevado à dignidade de Augusto assumiu o controle do Oriente. Valentiniano I ficou com o Ocidente e em 367, associou seu filho Graciano (367-383) ao poder (Cf. Piganio 1981: 450-453).

⁴⁰ Não era a primeira vez que Mallobaudo enfrentava os alamanos e eliminava um rei deles. Em 374 ele foi o responsável pela morte de Macriano, rei alamanos que estabelecera um *foedus* com Valentiniano I. Mallobaudo, um *bellicosus rex*, atraiu Macriano para uma armadilha, tendo ele sido morto *in Francia*, ou seja, nas terras sob controle franco, quando pilhava a região (Ammianus XXX 3,7). Mallobaudo comandou ainda as tropas de Graciano em 378 contra os alamanos, ocasião em que pereceu o rei alamanos Priário (Ammianus XXXI 10,7.10).

⁴¹ Cf. nota de J.C. Rolfe (Ammianus XXXI 7,4; nota1).

⁴² Arbogasto, protegido de Bauto, era sobrinho de Ricomer. Bauto veio a se tornar cônsul em 385, tendo o fato sido celebrado num panegírico composto por Agostinho, futuro bispo de Hipona. Uma filha de Bauto, Eudóxia, veio a desposar o imperador Teodósio (Rouche 1996: 73).

⁴³ Em 383 o general Máximo, comandante das legiões romanas da Bretanha, foi proclamado imperador por suas tropas. Graciano morreu ao dar-lhe combate em *Singidunum* (atual Belgrado). Bauto e Arbogasto mantiveram-se ao lado de Valentiniano II e Teodósio, o qual após um longo período de hesitação acabou por enfrentar Máximo, que foi derrotado e morto em 388 (Zósimo IV 46,2-3; Orósio VII 34,9-10).

⁴⁴ Rouche (1996: 72) situa o episódio por volta de 388.

⁴⁵ À morte de Bauto (c.387) Teodósio colocou Valentiniano II sob a proteção de Arbogasto. Este e seus seguidores assumiram o controle do governo, isolando Valentiniano II. A ruptura entre eles veio logo. Valentiniano destituiu Arbogasto de seu posto, mas acabou morto por este, que patrocinou então a ascensão ao poder do retórico Eugênio, homem de sua confiança e antigo amigo de Ricomer (Zósimo IV 53,1 – 54,4; LH II,9). Segundo Paulo Orósio (VII,35), Arbogasto teria levado Valentiniano II ao suicídio. A *Crônica de 452* (Murray 2000: 29) confirma a versão do assassinato.

⁴⁶ O costume de enterrar armas com os mortos não era corrente entre os germanos de então, mas já era usual no caso dos chefes guerreiros (James 1988: 45-46).

⁴⁷ Como vários outros objetos da tumba de Childerico, esse anel foi roubado em 1831 e fundido juntamente com outras peças de ouro. Sobreviveu apenas uma réplica (James 1988: 61).

⁴⁸ As passagens da *Vita Genovefae* que se referem a Childerico (cap. 26 e 35), podem ser consultadas em Rouche (1996: 470-475).

⁴⁹ A associação entre um enterro real e o sacrifício de cavalos encontra confirmação arqueológica em outros sítios. É o caso da tumba de um jovem príncipe encontrada no sítio funerário de Sutton Hoo (Suffolk, Inglaterra), ao lado da qual encontra-se a sepultura de um pônei (Carver 1992: 362-363 e pranchas 30-32).

⁵⁰ Siágrio, que Gregório de Tours denomina “*rex Romanorum*”, era filho do *magister militum* Egídio, o qual se revoltara contra Roma após o assassinato do imperador Majoriano, em 361 (LH II, 27.30.37-38.40-42).

⁵¹ Raymond Van Dam (1992, cap.2-3) explora com acuidade a tensão entre autoridade imperial e poder local, utilizando-se dos modelos antropológicos de Cliford Geertz para descrever tal tensão em termos do idioma de autoridade empregado nas relações de poder. O Império sobrepunha-se a antigas redes locais de poder, sendo a presença do imperador na Gália peça essencial desse idioma de autoridade. A ausência do imperador ocorrendo em períodos de crise suscitaria o reaparecimento dessas redes locais. A nosso ver o que tal análise negligencia é justamente o fato de que o poder, mesmo que local, era ainda pensado no quadro ideológico imperial romano, não tendo a aristocracia galo-romana buscado uma outra alternativa.

⁵² Trêves foi também sede imperial durante a usurpação de Máximo (383-388).

⁵³ Os artigos reunidos por John Drinkwater e Hugh Elton (1992) acerca da «crise de identidade» da Gália no século V, nos servirão de guia nesta seção.

⁵⁴ Constantino sucedera outros usurpadores aclamados pelas mesmas tropas, mas rapidamente caídos em desgraça e assassinados: Marco e Graciano. Para o historiador Paulo Orósio (VII 40,4), a ascensão de Constantino apoiava-se mais na força de seu nome que no seu valor militar: “*Huius locos Constantinus ex infima militia propter solam spem nominis sine merito virtutis eligitur*”. Van Dam (1992: 39) indica uma possível associação entre os nomes do usurpador Constantino e de seus filhos e os do imperador Constantino e sua família, numa tentativa de reviver as vitórias dos tempos passados.

⁵⁵ “Com efeito, eles preferem viver como pessoas livres sob a aparência do cativo que como cativos sob uma aparência de liberdade.”

⁵⁶ Salviano trabalha constantemente com essa inversão de papéis, sobretudo no plano religioso. Assim os bárbaros arianos seriam hereges por erro, pecando por ignorância, enquanto os romanos eram pecadores conscientes de seu erro, portanto sujeitos a uma pena maior (V,2). Os bárbaros serviriam ainda como instrumento para a punição divina frente os pecados do povo, inclusive o clero, a quem Salviano acusa de disfarçar os vícios sob o manto da santidade sacerdotal (V,10).

⁵⁷ A fonte para as informações acerca da vida e carreira de Paulino de Pela é o poema de sua autoria intitulado *Eucharisticus*.

⁵⁸ Em 280, camponeses revoltaram-se no norte de Gália, desafiando a autoridade imperial. Foram derrotados por tropas enviadas pelo imperador Maximiano, então Augusto no Ocidente. No século V, novas revoltas viriam a ocorrer, sobretudo na Armórica. As *bagaudae* também atingiram a Espanha (Van Dam 1992, cap. 3).

⁵⁹ Veja-se Van Dam (1992: 46-47); excertos traduzidos da comédia *Querolus* estão disponíveis em Murray (2000: 171-173).

⁶⁰ Texto disponível em <http://www.intratext.com/X/LAT0227.HTM>. Último Acesso em: 30 de maio de 2008. Excertos traduzidos em Murray (2000: 55-58). Ver também Matthews (1998: 325).

⁶¹ “Cuius Aremoricis pater Exuperantius oras nunc postliminium pacis amare docet; leges restituit libertatemque reducit et servos famulis non sinit esse suis” (Rútilio Namatiano I,215ss). Ver também Matthews (1998: 327-328).

⁶² Para uma tradução da carta de Honório ao prefeito Agrícola, acerca da insituição do *Concilium Septem Provinciarum* veja-se Murray (2000: 169-171).

⁶³ Van Dam (1992: 41-42) discorda da interpretação desta passagem de Rútilio como se referindo a uma revolta camponesa ou mesmo de escravos, considerando ao contrário tratar-se da restauração da ordem romana frente às ocupações bárbaras. Rouche (1996: 95) associa o movimento a uma revolta camponesa contra o fisco, em curso desde 406 naquela região.

⁶⁴ Para a relação entre a viagem de Rútilio e os acontecimentos de 418 veja-se Matthews (1998: 325).

⁶⁵ “Illud te reperat, quod cetera regna resolvit: Ordo renascendi est crescere posse malis” (Rútilio Namatianus I 139-140).

⁶⁶ Para uma análise das posturas otimistas e pessimistas quando à continuidade do mundo romano na Gália veja-se Ian Wood (1992).

⁶⁷ Em 417 ele se casara com Gala Placídia, irmã de Honório, que fora raptada pelos visigodos e desposara seu rei Ataulfo, Placídia retornara à Itália após a nova aliança celebrada entre os visigodos e Roma (Olympiodoro *Fragmento* 33 apud Murray 2000: 164-165; Jones 1986: 176).

⁶⁸ Tratava-se de um dos filhos de Constâncio e Gala Placídia. Em 423, era ainda uma criança. O *primicerius notariorum* João foi proclamado imperador, mas Teodósio II (408-50) – imperador em Constantinopla e sobrinho de Honório – garantiu a ascensão de Valentiniano (Jones 1986: 174).

⁶⁹ Aécio apoiara a usurpação de João, mas acabou perdoado. Mantinha estreitos laços com os hunos, entre os quais passara muitos anos como refém. Deles provinha boa parcela de seu poder e prestígio, capazes de manter sua posição na corte mesmo diante da oposição de Placídia – praticamente a regente durante a minoridade de Valentiniano (LH II,9).

⁷⁰ Avito teve de retirar-se para a Gália, onde foi feito bispo de Clermont, morrendo logo depois (LH II, 11).

⁷¹ Sidônio ligara-se a Avito ao se casar com sua filha, Papianilla, passando a possuir então domínios na Auvérnia, terra do novo imperador. Sobre Sidônio Apolinário veja, especialmente, Anderson (1980: 32-74). Uma excelente seleção das cartas de Sidônio, por meio das quais podemos conhecer as várias etapas de sua carreira, pode ser encontrado em Murray (2000: 193-258).

⁷² Como fizera com Avito, Sidônio compôs panegíricos em honra dos imperadores Majoriano (*Carmina* I-II) e Antêmio (*Carmina* IV-V).

⁷³ “[...] domicílio das leis, escola das letras, corte de altos dignatários, vértice do mundo, pátria da liberdade, a única dentre as cidades de todo o mundo na qual somente bárbaros e escravos são peregrinos.” Aqui e no restante desta seção omitimos o nome do autor, em se tratando das epístolas de Sidônio Apolinário.

⁷⁴ Sobre a relação entre a cultura literária e a identidade romana veja-se Van Dam (1992: 163).

⁷⁵ “Creia-me, grande perito [nas letras], negligenciar o louvor devido a ti por teres retardado o desaparecimento das letras, já quase sepultadas, seria cometer um ultraje contra o saber. Pois tu és aclamado como seu animador, protetor e defensor, e por toda a Gália foste o único mestre que, sob a tempestade das guerras, permitiu à língua latina chegar a um porto seguro, quando suas forças naufragaram.”

⁷⁶ “[...] pois agora que desapareceram os graus de dignidade, pelos quais os maiores costumavam se distinguir dos inferiores, daqui por diante somente será indício de nobreza o nosso conhecimento das letras.”

⁷⁷ “[...] pela língua e pela força do braço és igual aos antigos generais, cuja mão direita costumava manejar a pena tão bem quanto a espada.”

⁷⁸ “O esplendor da língua romana, abolida há muito da Bélgica e das terras renanas, se sobrevive em algum lugar, reside em ti; embora as leis latinas tenham cessado junto a nossa fronteira, contigo e tua eloquência as palavras [o falar latino] não nos faltam. Por esta razão, respondendo ao teu cumprimento, eu me regozijo grandemente que vestígios das letras que se apagam permaneçam em teu ilustre peito; se continuas assiduamente teus estudos, descobrirás a cada dia que o quanto os homens estão acima das bestas estão os letrados acima dos rústicos.”

⁷⁹ Sobre os casos de Arvando e Seronato – Mencionado a seguir – vejam-se especialmente: Harries (1992) e Teitler (1992).

⁸⁰ “Nossa escravidão é o preço da segurança de outros.”